

**ALGUMAS FAMÍLIAS DA FREGUESIA DE SÃO NICOLAU DE SURUÍ, NO  
MUNICÍPIO DE MAGÉ, NOS SÉCULOS XVIII A XX**

*Antônio Seixas<sup>1</sup>*

**Resumo:** *No Recôncavo da Baía de Guanabara, surgiu, em 1755, a Freguesia de São Nicolau de Suruí, desmembrada da Cidade do Rio de Janeiro para fazer parte da Vila de Magé, em 1789. Por ser uma região produtora de alimentos, especialmente, da popular farinha de Suruí, o estudo de caso das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença nos permite compreender as estratégias adotadas em uma sociedade rural para a manutenção do poder familiar, nos períodos colonial, monárquico e republicano. Os resultados apontam que não bastava a posse de terras e a exploração do trabalho escravo, sendo a ocupação de espaços de prestígio social um fator importante para a manutenção do poder familiar em uma região.*

**Abstract:** *In 1755 in the back of the Guanabara bay, the São Nicolau de Suruí parish was created. A former part of the Rio de Janeiro City it became part of Macaé Village in 1789. Growing staple food, specially the popular Suruí flour; the case study of the Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença families allows us to understand the strategies used in a rural Society to keep family power in the colonial, imperial and republican periods. The results suggest that land ownership and slave exploitation were not enough and the occupation of social esteemed places were an important factor to maintaining family power.*

### **Introdução**

Quem já teve a oportunidade de caminhar pelas ruas do Distrito de Suruí, no Município de Magé, já observou alguns dos seus patronos, Manuel Pinto dos Reis, Coronel Alarico José do Amaral, João Félix do Bonfim. São homenagens públicas a algumas das famílias que nos remetem ao passado de São Nicolau de

<sup>1</sup> Advogado e historiador. Especialista em História do Brasil (IUPERJ), em História do Rio de Janeiro (UFF), em História da Arte Sacra (FSBRJ) e em História Militar (UNISUL). Mestre em História (UNIVERSO). Doutorando em História (UNIVERSO). Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Sócio-Adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia. Filiado ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira – CEIB, à Associação Nacional de História – Seção do Rio de Janeiro e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro. E-mail: antonioseixasadv@gmail.com.

Suruí. Tendo por tema a História da Família no Brasil, nosso objeto de estudo são os grupos familiares presentes no Distrito de Suruí, nos séculos XVIII a XX.

A relevância da pesquisa está em deslocar o foco das famílias da Corte, do Vale do Paraíba Fluminense e da região açucareira de Campos dos Goytacazes para abordar as famílias de uma freguesia rural no Recôncavo da Baía de Guanabara.

O conceito de família aqui adotado compreende não só o casal, mas sua descendência, seus parentes laterais (primos e tios) e aqueles advindos dos casamentos (sogros, genros e cunhados), sendo que a análise dessas redes de relações sociais revelou a sua essencialidade para a obtenção de recursos materiais e simbólicos

As antigas famílias de Suruí podem ser vistas como um fenômeno econômico, social e político responsável pela fixação e estabilidade populacional no Recôncavo da Guanabara, baseado na parentela, no patriarcalismo, no clientelismo, no prestígio e na hierarquização social.

Estudos, como o de Sheila de Castro Faria, demonstram o papel das famílias na política e na economia do Brasil, desde os tempos coloniais, como fonte de capital político.<sup>2</sup> Maria Fernanda Martins, por sua vez, aponta que, no centro da estrutura de poder imperial, encontravam-se as famílias e as redes de clientela que se formavam ao seu redor.<sup>3</sup>

Segundo o conceito de patriarcalismo, desenvolvido por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), a família é vista como o centro da ação social comandada por um patriarca, estando em questão a representação do poder familiar.

A teoria da ação social weberiana, ao incorporar temas como os valores culturais, crenças, racionalidade, normas etc. nos leva a refletir sobre o sentido compartilhado que ganham as ações dos sujeitos, que se movimentam orientados por uma tradição, por interesses racionais ou pela emotividade, levando em conta a resposta ou reação de outros indivíduos.<sup>4</sup>

Richard Graham observou que a sociedade imperial era marcada pelo peso das famílias, pela tensão entre pobres e ricos, por um senso de hierarquização social e de práticas clientelistas constantes, que influenciavam a política.<sup>5</sup>

Buscando investigar as continuidades e rupturas na ação social das antigas famílias de São Nicolau de Suruí, nossos objetivos específicos foram identificá-las

<sup>2</sup> FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>3</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p.187.

<sup>4</sup> COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução a ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 63-64.

<sup>5</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 28.

em uma longa duração, bem como analisar as estratégias políticas e simbólicas utilizadas para manterem-se no poder, tanto no domínio privado do senhor de terras e de escravizados, quanto na ocupação de cargos administrativos, civis, eclesiásticos ou públicos.

Sérgio Buarque de Holanda destaca que não era fácil para os detentores do poder compreender a distinção entre os domínios público e privado, pois a gestão pública aparecia como assunto de interesse particular. E a escolha de quem a exerceria era pautada mais na confiança pessoal do que nas habilidades dos indicados.<sup>6</sup>

A hipótese é que as antigas famílias de Suruí viram na ação política e na ocupação de espaços de prestígio social, como a Câmara Municipal de Magé e a Irmandade do Santíssimo e São Nicolau, uma forma de perpetuarem sua influência na região, assegurando, em última análise, a manutenção do poder familiar.

O recorte cronológico da pesquisa compreende da criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí e de sua incorporação ao Município de Magé, no século XVIII, até o final do século XX, buscando identificar o percurso de algumas das antigas famílias do distrito, a exemplo dos Amaral, dos Barenco, dos Bonfim, dos Paiva, dos Pinto dos Reis e dos Proença.

Entre as fontes utilizadas, recorreremos a diferentes acervos, como o do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra o Livro de Registro Paroquial de Terras de Suruí (1854-1856) e o do Cartório de Registro Civil de Suruí, onde estão os primeiros livros de registro de nascimento (1889-1895), de casamento (1889-1916) e de óbitos (1889-1902).

A fim de reconstituir o ambiente social e político da Freguesia de São Nicolau de Suruí recorreremos também à coleção de periódicos da Biblioteca Nacional, notadamente os acervos do Almanak Laemmert e dos jornais O Fluminense e Jornal do Comércio.

Para identificar os representantes das antigas famílias de Suruí, adotamos o método onomástico, que permite encontrar o mesmo indivíduo em diferentes contextos sociais,<sup>7</sup> afinal, o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais e que possibilita totalizar essas manifestações em registros oficiais, necrológicos e biografias.<sup>8</sup>

O trabalho está estruturado em três partes: em um primeiro momento, analisamos o contexto em que nasceram os filhos dos primeiros colonos que se

<sup>6</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 141-146.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 174.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 187.

estabeleceram às margens do Rio Suruí, culminando na criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí, em 1755. Em seguida, buscamos identificar a permanência no poder dos grupos familiares suruienses, ao longo dos períodos colonial, monárquico e republicano. Por fim, apresentamos o estudo de caso das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença, que se caracterizaram pelo monopólio da terra e pela ação política como estratégias de manutenção do poder familiar.

### Primeiras famílias de Suruí

Na Carta Cartográfica do Rio de Janeiro de 1586, elaborada por Luiz Teixeira, vemos os rios Magé e Suruí com as denominações trocadas entre si, mas o registro é significativo da importância do Rio Suruí para a colonização do Recôncavo da Guanabara.<sup>9</sup> Em tupi-guarani, Suruí, Sururú ou Sururuhy significa rio de mexilhões, numa alusão ao molusco que guarda água dentro do casco.<sup>10</sup>

A primeira família de povoadores de Suruí seria a do sesmeiro Inácio de Bulhões, um dos vitoriosos na reconquista do Rio de Janeiro, e que recebeu, em 10 de setembro de 1565, uma sesmaria medindo 400 braças ao longo da Baía de Guanabara e 800 pelo sertão, nas imediações do Rio Suruí e mais a ilha de Paquetá.<sup>11</sup>

Manuel da Costa, morador da Cidade do Rio de Janeiro e intérprete entre os índios e os portugueses, foi outro que recebeu uma sesmaria no Rio Suruí, a 19 de novembro de 1567, de mil braças de largo e 1500 para o sertão.<sup>12</sup> Quem também obteve terras foi André Lopes, morador do Rio de Janeiro, que recebeu, a 31 de março de 1572, 600 braças de largo e 1000 de comprimento, no Rio Suruí, transferidas, em 1596, para Luís Faria Homem.<sup>13</sup>

Em 26 de abril de 1578, Simão Dias e Diogo Martins foram agraciados por Salvador Correia de Sá com sesmarias nas margens do Rio Suruí. O primeiro recebeu a concessão de 400 braças ao largo e 600 de comprimento no rio Suruí.<sup>14</sup> Já Diogo Martins, escrivão de órfãos do termo da Cidade do Rio de Janeiro, obteve uma sesmaria de 600 braças, em quadra, no Rio Suruí, na cabeceira da sesmaria de

<sup>9</sup> TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975, p. 52-55.

<sup>10</sup> ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O Tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950, p. 166.

<sup>11</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 102.

<sup>12</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 156-157.

<sup>13</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 285.

<sup>14</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 161.

Simão Dias.<sup>15</sup> Nova concessão de terras nas margens do Rio Suruí foi feita a Francisco Gomes, mestre de obras e morador do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1603.<sup>16</sup>

Vivaldo Coaracy sustenta que as histórias de Suruí e de Paquetá estariam ligadas nos primeiros anos da colonização e justifica sua tese recordando que a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí foi erguida, em 1718, por Antonio Nunes da Costa Paquatá, sendo a referência “Paquatá” uma evidência de ser ele natural ou morador daquela ilha.<sup>17</sup>

Carlos Grandmasson Rheingantz, que estudou os registros paroquiais da Cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, nos apresenta alguns dos primeiros suruienses:

*Antônio de Alvarenga, nascido em Suruí, por volta de 1659, filho de Manuel Rodrigues de Alvarenga e de Bárbara de Andrade, casado na Igreja da Candelária, em 1689, com a paulista Isabel Fernandes.*<sup>18</sup>

*Francisco Peres, nascido em Suruí, por volta de 1660, filho de Manuel da Luz e Francisca Peres, casado, em 1690, no Rio de Janeiro, com Páscoa Correia.*<sup>19</sup>

*Bartolomeu Vaz Cardoso, nascido em Suruí, por volta de 1665, filho de Diogo Álvares Cardoso e de Maria Mendes, casado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em 1695, com a carioca Maria da Veiga.*<sup>20</sup>

*Ana da Conceição, nascida em Suruí, por volta de 1670, filha de Inácio Gomes e Maria da Cruz, casada, no Rio de Janeiro, em 1690, com Atanásio da Cruz.*<sup>21</sup>

<sup>15</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 317-318.

<sup>16</sup> BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 231.

<sup>17</sup> COARACY, Vivaldo. *Paquetá imagens de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964, p. 23.

<sup>18</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 43.

<sup>19</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 463.

<sup>20</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 61.

<sup>21</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 248.

*Catarina Cardoso, nascida em Suruí, por volta de 1674, filha de João de Faria e Maria de Alvarenga, casada, em 1694, no Rio de Janeiro, com Luciano Cardoso.<sup>22</sup>*

*Catarina Cardoso, nascida em Suruí, por volta de 1678, filha de Manuel Gomes e de Luciana Cardoso, casada, em 1698, no Rio de Janeiro, com Antonio da Costa.<sup>23</sup>*

*Ana Rodrigues de Campos, nascida, em Suruí, por volta de 1713, filha de Romão de Campos Souza e de Clara Rodrigues Feijó, casada, em 1743, no Rio de Janeiro, com o Capitão de Infantaria Antonio Antunes.<sup>24</sup>*

*Maria Teresa, filha de Francisco dos Reis e Inácia Soares, nascida em Suruí, casada, na Igreja da Sé do Carmo, em 1747, com Gonçalo da Costa Barbalho, descendente de Luis Barbalho Bezerra, governador da Capitania do Rio de Janeiro (1643-1644).<sup>25</sup>*

*Maria de Montserrat, nascida em Suruí, filha de Bartolomeu de Carbalho e Joana Cardoso, casada, em 1697, na Igreja da Candelária, com Joaquim Cardoso, natural em Inhomirim.<sup>26</sup>*

Não foram localizados documentos que demonstrem ter os primeiros povoadores se mudado do Rio de Janeiro para o Recôncavo da Guanabara. Certo é que construíram os seus engenhos e as primeiras capelas na região, responsáveis pela fixação das primeiras famílias de colonos. O número de capelas é um sinal do desenvolvimento agrícola dos diferentes núcleos populacionais em Suruí.

### **A Freguesia de São Nicolau de Suruí.**

As primeiras capelas em Suruí foram as de Nossa Senhora de Copacabana

<sup>22</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 17.

<sup>23</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 251

<sup>24</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 2. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 170.

<sup>25</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 188.

<sup>26</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 292.

(com foros de curada em 1647), de São Francisco (fundada por Francisco Dias Machado, em 1616), a primeira de São Nicolau (de Nicolau Baldim, com provisão para missas em 1628), a segunda de São Nicolau (de Félix Proença de Magalhães, erguida entre 1708 e 1710) e a de Nossa Senhora da Conceição (de Antonio Nunes da Costa Paquatá, datada de 1718).

Vivaldo Coaracy comenta que a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, em Suruí, gozava dos privilégios de ser curada (ter um padre designado), guardando e administrando os sacramentos, e receber sepultamentos. Houve, inclusive, uma Irmandade da Capela de Nossa Senhora de Copacabana. Vindo o arruinamento, depois de 1669, desapareceram a ermida, a irmandade e a imagem da padroeira.<sup>27</sup>

Nicolau Baldim, que recebeu sua sesmaria de 1500 braças no Rio Suruí, em 22 de outubro de 1614, construiu, em seu engenho no Goia, uma capela dedicada a São Nicolau, que recebeu provisão para missas, em 1628. Foi para ela que se transferiram os paramentos e a pia batismal da Capela de Nossa Senhora de Copacabana.<sup>28</sup>



**Imagem 1.** Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí (IBGE, s.d.).

<sup>27</sup> COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 225-226.

<sup>28</sup> WINZ, Antonio Pimentel. Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XV, Rio de Janeiro, 1965, p. 139-154.



Em 1708, uma nova capela de São Nicolau foi erguida em um outeiro próximo do Rio Suruí, pelo casal Félix de Proença Magalhães e Águeda Gomes de Perade (Imagem 1), nos informando Monsenhor Pizarro que a obra se concluiu depois do falecimento de seu construtor a 13 de dezembro de 1710. Subsistiu como capela curada até que o alvará de 11 de janeiro de 1755 criou a Freguesia de São Nicolau de Suruí.<sup>29</sup>

Cortines Laxe atribui a construção da segunda capela de São Nicolau a Félix de Proença Magalhães, por volta de 1699, e observa que a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí foi reerguida, na década de 1870, por Julião José Alves, Joaquim Dias Moreira e Pedro Eves, além de outros moradores, auxiliados com verbas dos cofres da Província do Rio de Janeiro.<sup>30</sup>

Em 1794, Monsenhor Pizarro e Araújo encontrou na Freguesia de São Nicolau de Suruí apenas a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, mas esta estava em ruínas no final do século XIX.<sup>31</sup> Se Frei Basílio Röwer, em 1925, restaurou a Igreja Matriz de São Nicolau,<sup>32</sup> pode-se imaginar que por essa época Nossa Senhora da Conceição também tenha sido reconstruída. Certo é que a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, em 1980, e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí, em 1989, foram tombadas pelo Estado do Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

### Família Proença

Monsenhor Pizarro e Araújo, no relatório de sua visita pastoral de 1794, contesta a condição de fundadores da capela atribuída a família de Félix de Proença Magalhães e o direito que lhes foi conferido de possuir uma tribuna própria para assistir as missas na capela-mor da igreja. Para Pizarro, a segunda capela foi erguida pelos próprios suruienses, em terras doadas pelo sesmeiro Nicolau Baldim e por ele compradas em 1705, com autorização de Dom Francisco de São Jerônimo, Bispo do Rio de Janeiro. Afirma, ainda, que os Proença nada fizeram pela capela,

<sup>29</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 66-67.

<sup>30</sup> LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885, p. 503-504.

<sup>31</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212.

<sup>32</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann*: história da cidade de Magé, 1870-1950. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p. 97.

<sup>33</sup> ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012, p. 32-33



tendo Nicolau Viegas de Proença assumido a fazenda, a administração da capela e a função de Juiz da Irmandade de São Nicolau, como se fossem um patrimônio só, postura mantida por seus descendentes.<sup>34</sup>

Em 1817, encontramos Nicolau Viegas de Proença como oficial-mor da secretaria da Intendência de Polícia da Corte e Reino do Brasil e encarregado dos teatros e divertimentos públicos, dos alvarás para a mendicidade, do expediente da Corte e províncias, da conservação do Passeio Público, obras da intendência dentro da Corte e fora dela e do encanamento do Rio Maracanã.<sup>35</sup>

O Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, filho de Félix de Proença Magalhães e de Águeda Gomes de Perade, nasceu em Santo Antonio de Sá e faleceu em São Nicolau de Suruí, a 10 de julho de 1730. Casado, por volta de 1714, com Isabel de Azevedo Coutinho, filha do Capitão Cosme de Azevedo Coutinho e de Águeda de Bittencourt. Pais de

*I.1 – Antonio de Proença Coutinho Bittencourt, herdeiro da Fazenda Itamarati, na Serra da Estrela, e sepultado na Capela de São Nicolau de Suruí, em 1752;*

*I.2 – Maria de Azeredo Coutinho, nascida em Santo Antonio de Sá, em 1717, e casada no Rio de Janeiro, em 1743, com João Cardoso Machado, natural de Magé, nascido por volta de 1713, filho de João Cardoso Machado e Bárbara da Silveira. Pais de*

*II.1 – Maria Antonio de Azeredo Coutinho, nascida em Suruí, por volta de 1746, e casada no Rio de Janeiro, em 1767, com Silvestre Gonçalves Santiago. Pais de*

*III.1 – Francisca Flávia de Proença Coutinho, nascida em Niterói, por volta de 1777, e casada, no Rio de Janeiro, a 1795, com o Coronel Aureliano de Souza e Oliveira. Pais de (entre outros)*

*IV.1 – Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o Visconde de Sepetiba.<sup>36</sup>*

Águeda Gomes de Proença, natural de Suruí, filha de Félix de Proença Magalhães e Águeda Gomes de Perade, casou-se, em Suruí, em 1712, com Francisco Fagundes do Amaral. São os pais de Inácio Viegas de Proença, nascido em Suruí, por

<sup>34</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 82-83

<sup>35</sup> Almanach do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1817, p. 137.

<sup>36</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. v. 1. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 157-158.

volta de 1712, e casado, em 1740, no Rio de Janeiro, com a carioca Sebastiana Teresa de Matos (dentre seus descendentes, o Alferes José Joaquim Viegas de Proença).<sup>37</sup>

Em 30 de julho de 1723, o Sargento-mor Bernardo Soares de Proença obteve a concessão de uma sesmaria na Serra do Frade e da Tocaia Grande, mesma região em que seu cunhado Francisco Fagundes do Amaral, obteve sesmaria em 30 de maio de 1725.<sup>38</sup> É nesse contexto em que se situa a abertura da variante do caminho novo, conhecida como Caminho de Inhomirim, e a fundação da Fazenda Itamarati, na Serra da Estrela.

O Registro Paroquial de Terras revela que descendentes dos Proença ainda detinham posses em São Nicolau de Suruí, no século XIX, a exemplo do Padre Antonio de Proença Quintanilha, falecido em 1857,<sup>39</sup> e que possuía uma data de terras em Olaria, entre o Rio Suruí e o Morro do Cocotá.<sup>40</sup>

Nos registros encontramos, ainda, declarações de Luiz de Proença Quintanilha, proprietário de terras no lugar denominado Vai-e-Vem, deixadas em testamento pela sua tia Águeda Gomes (casada com Francisco Fagundes do Amaral).<sup>41</sup> Outro que aparece no livro é João de Proença Quintanilha, que se declara proprietário de terras em Caioaba.<sup>42</sup>

A família Proença não se limitava a manter a posse de suas terras, mas continuava interferindo na vida social de São Nicolau de Suruí, ocupando cargos e funções públicas, a exemplo de João de Proença Quintanilha, que foi juiz de paz (1853-1856),<sup>43</sup> e de Luiz de Proença Quintanilha, inspetor de quartirão (1862-1863).<sup>44</sup> No final do Império, encontramos Guilherme de Proença Quintanilha como inspetor do 9.º quartirão da Freguesia de São Nicolau de Suruí (1889),<sup>45</sup> falecido, em 17 de novembro de 1889, aos 37 anos.<sup>46</sup>

<sup>37</sup> RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. 2.º v. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965, p. 5.

<sup>38</sup> *Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968, p. 19-21.

<sup>39</sup> Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 1857, p. 2.

<sup>40</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 8v.

<sup>41</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 30.

<sup>42</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 30v.

<sup>43</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1853, p. 142; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1856, p. 136.

<sup>44</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1862, p. 187; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1863, p. 147.

<sup>45</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimento n.º 01 (1889-1895), fl. 11.

<sup>46</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 33.

Na Freguesia de São Nicolau de Suruí havia, ainda, José Soares de Proença, ajudante do fiscal da freguesia (1859-1860) e secretário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1859-1860),<sup>47</sup> e Luiz Leocádio de Proença, oficial de justiça (1876), sacristão (1870), e procurador da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau (1859-1862),<sup>48</sup> que não conseguimos determinar se seriam descendentes de Félix de Proença Magalhães.

### **A Freguesia de São Nicolau de Suruí e a Vila de Magé (1789-1857)**

Em 9 de junho de 1789, o Vice-Rei Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, atendendo a um requerimento dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, aprovou a criação da Vila de Magé, nela sendo incluída a Freguesia de São Nicolau de Suruí, desmembrada da Cidade do Rio de Janeiro.<sup>49</sup>

Ao descrever a Vila de Magé, em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal menciona que a população da freguesia de São Nicolau de Suruí era formada por lavradores de farinha, arroz e café, sendo a sua principal fonte de riqueza a produção de banana.<sup>50</sup>

No início do século XIX, o viajante inglês John Luccock comenta que das dez melhores casas que ficavam abaixo da Igreja de São Nicolau, quatro eram vendas, concorridas pelas equipagens dos saveiros, circunstância que aponta como evidência da importância da população e do comércio nas vizinhanças. Pelo porto de Suruí, circulavam a produção agrícola (vegetais, frutas e milho) e a lenha extraída para exportação. O autor destaca, ainda, que era no porto de Suruí que se buscavam a “tacoaras” (bambus) usados na Cidade do Rio de Janeiro para fazer as escadas usadas pelos pedreiros.<sup>51</sup>

Em 1854, Dom Pedro II concedeu ao Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva (1793-1869) o título de Barão de Suruí. Irmão do Visconde de Magé e tio do Duque de Caxias, o Barão de Suruí nasceu na Cidade do Rio de Janeiro, graduando-se pela Academia Real Militar do Rio de Janeiro, em 1814. Combateu a Revolução Pernambucana (1817), a Independência da Bahia (1822-1823) e a

<sup>47</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1860, p. 86-87.

<sup>48</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1870, p. 86-87; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.

<sup>49</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 139.

<sup>50</sup> CASAL, Aires de. *Corografia Brasília*: tomo 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 34.

<sup>51</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953, p. 228.

Guerra da Cisplatina (1825-1828). Foi Ministro da Guerra (1831-1832 e 1835-1836) e Presidente da Província de São Paulo (1844-1847).<sup>52</sup>

Uma fonte importante para se identificar algumas das famílias que moravam em Suruí, na primeira metade do século XIX, é o Livro de Registro Paroquial de Terras de Suruí, aberto em 30 de abril de 1854, pelo Padre José Rodrigues Portella, e que contém 146 declarações de 112 proprietários de terras de São Nicolau de Suruí, sendo 29 mulheres.<sup>53</sup>

Declararam possuir terras na Freguesia de São Nicolau de Suruí, entre 1854 e 1856, as famílias de Joaquim Pinto de Castro, Maria Alexandrina da Silva Ferreira, Francisco José do Amaral, Joaquim José Vaz, Inocência Alexandrina Ferreira Costa, Marcelino João da Fonseca, Francisco Borges Pereira, Cândido José de Mello, Cândido Cardoso Pinto, Justino Francisco de Sousa, Rita Antonio de Jesus, Manoel Ferreira da Silva, Florentino Esteves de Almeida, Antônio de Nolla de Proença Salles, Padre Antonio de Proença Quintanilha, João Esteves de Almeida, Delfino Dias dos Santos, Joaquim José de Proença, Alexandrina Rosa do Nascimento, Manoel Alves da Costa, Evaristo José Teixeira Leite, João Cardoso Viçoso Franco, Julião José Alves, Domingos da Silva Barros, José Pires Alves, José Martins Perdigão, José Joaquim da Silva Leitão, José Joaquim de Siqueira, João José Machado, João Escócia da Veiga, Maria Renata da Conceição, Anna Renata de Santos, José de Castro e Silva, José Antonio Alves de Farias, Bárbara Rosa de Farias, Joaquim Dias Moreira, Sebastião José de Oliveira, Sebastiana Joaquina da Silva Ferreira, Joanna de Bonfim, Pedro Eneas do Valle, Claudina Maria de Sant'Anna, Francisco José Alves, Maria Rosa de Jesus, Maciel José de Barros, Belarmino Leopoldo de Magalhães, Pedro José de Sousa, Genoveva Miguelina de Sousa, Thereza Maria de Jesus, Prudêncio José Gonçalves, Venâncio Cardozo Pinto, Maria Joaquina da Fonseca, João Rodrigues Ferreira, Maria do Bonfim, Venâncio Antonio Alves de Farias, Manoel José da Silva, Antonio Teixeira Penna, Agueda Maria de Monserrat, Manoel de Oliveira Mattos, Francisco Gomes de Mattos, Manoel José Marques Airoza, Venâncio Cardoso Pinto, Felicíssimo José de Araújo, José Francisco Pedro, Fortunata Maria Gomes de Barros, Henriqueta Maria de Magalhães, Joaquina Maria da Conceição, Anna Rosa da Conceição, José Esteves de Almeida, Sebastiana Elisiária da Silva, João Antonio dos Santos, Francisco Alves Moreira, Pedro Antônio da Costa, Luiz José Pereira, José Eugênio Teixeira Leite, Delfina Maria Rosa de Andrade, Luiz Esteves de Almeida, José Joaquim de Oliveira, Antonio Soares da Nobrega, João Cavoxixa, Manoel Teixeira Marins, Francisco do Rego Quintanilha, Luiz de Proença Quintanilha, João de Proença Quintanilha, Salustiano José da Fonseca, Francisco José da Silva Pinto, Antonio de Sousa Vieira,

<sup>52</sup> STRAUBE, Ernani Costa. *Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí: esboço de vida e obra*. Curitiba: Edição do Autor, 1969.

<sup>53</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856).

Joaquim Maria de Barros Paula, Ignácio José da Silva Leitão, João Fernandes Pereira, Anna Maria Joaquina Barbosa, Luiz Gomes da Silveira, José Lopes de Santana, José Manoel de Moura, Maria Rita da Conceição, Anna Teixeira do Amaral, Juliano José Vieira, Francisco José da Silva Leitão, Joaquim Pereira do Valle, Luiz José Pereira, Maria Custódia de Jesus, Laurinda Rosa de Jesus, Antonio Joaquim de Farias, Ignácia Maria Lopes, Antonio Joaquim da Costa Bravo, João Lopes de Magalhães, José Francisco do Nascimento, José Antonio do Nascimento, Anna Florinda de Siqueira, José Cardoso de Siqueira, Manoel Gomes da Cunha, Francisco Pereira Cardoso, Antonio Gomes de Oliveira e Cunha.

Em que pese o Barão de Suruí não figurar no Livro de Registro Paroquial de Terras de São Nicolau de Suruí, lhe são atribuídas a propriedade da Fazenda Suruí (atual Granja Santa Margarida, da família Walter, em Conceição) e da Fazenda Quizumba ou dos Ingleses (o atual bairro de Santa Dalila).<sup>54</sup>

Não bastava a posse da terra e a exploração do trabalho escravo, as famílias que buscavam prestígio viam na ação política uma oportunidade de ascensão social. É importante lembrar que, em uma sociedade hierarquizada, a carreira política e os empregos públicos representavam a nobilitação, o embranquecimento e a permanência no poder.<sup>55</sup>

### **A Freguesia de São Nicolau de Suruí no Segundo Reinado**

O Almanak Laemmert é uma das principais fontes de pesquisa sobre as famílias da Província do Rio de Janeiro. Publicado, anualmente, na Corte, o almanaque relaciona os ocupantes dos cargos públicos, as sociedades religiosas, musicais, filantrópicas, maçônicas etc. e os principais negociantes, fazendeiros e profissionais liberais de cada freguesia do território fluminense.

A Freguesia de São Nicolau de Suruí figura nas páginas do almanaque, o que nos permite identificar seus principais representantes pelos cargos ocupados na Câmara Municipal de Magé, no Juizado de Paz de Suruí, na Subdelegacia de Polícia de Suruí, na Paróquia de São Nicolau de Suruí, na Irmandade do Santíssimo e São Nicolau, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e nas sociedades musicais Dois de Dezembro e União Suruhyense.

A Constituição do Império assegurava o direito de votar e ser votado apenas a população adulta masculina livre, com idade acima de 25 anos (21 anos

<sup>54</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 02 de maio de 1936, p.13; Revista da Semana, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1937, p. 15; O Fluminense, Niterói (RJ), 12 de setembro de 1993, p. 3 (3.º caderno);

<sup>55</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha 2000, p. 437-441

para os chefes de família, clérigos, oficiais militares, bacharéis e empregados públicos) ou com renda acima de 100 mil réis (o que incluía uma boa parte da camada pobre da população). Ocorre que a eleições eram indiretas. Em primeiro lugar, eram escolhidos os eleitores e estes, os que iriam ocupar os cargos e funções. Para a escolha dos eleitores, muitos votavam, convocados pelos patrões, pelos párocos e pelos chefes políticos locais, que controlavam os cargos de juiz de paz, de delegado de polícia e o comando da Guarda Nacional.<sup>56</sup>

Os trabalhadores rurais, os pescadores, os pequenos artesãos de São Nicolau de Suruí eram conduzidos até a urna e escolhiam para eleitores da freguesia os representantes das principais famílias (Tabela 1), que mantinham assim o controle das indicações para os cargos e funções públicas.

**Tabela 1.** Eleitores da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1850	Emiliano Carlos de Souza
1850-1854	Luiz José de Oliveira
1850-1860	Vicente Estácio da Silva
1850-1860	Luiz José Pereira
1850-1854	Ignácio José de Mello
1852-1854	Marcelino José de Oliveira
1852-1854	Francisco José do Amaral
1857-1860	Padre José Rodrigues Portella
1857-1878	Capitão José Francisco de Paula
1857-1868	José Joaquim da Silva Leitão
1857-1871	Belarmino Leopoldo de Magalhães
1861-1871	Tenente Virgílio José de Oliveira
1861-1863	Manoel Gomes da Cunha e Oliveira
1861-1863	Maciel José de Barros
1861-1863	Julião José Alves
1867-1870	Capitão Luiz José de Oliveira e Silva
1867-1871	Dr. Júlio Rodrigues de Moura
1867-1878	Capitão Manoel Francisco de Paula
1869-1871	Antonio José de Paiva
1869-1871	José Eugenio Teixeira Leite

<sup>56</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 29-33.

1876-1878	Dionísio José Barenco
1877-1878	Alexandrino Leopoldo de Magalhães
1876-1878	Benedicto Alves Barbosa

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Liberal, Rio de Janeiro (RJ), 17 de novembro de 1852, p. 1; O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 10 de outubro de 1876, p. 2.

A Câmara Municipal de Magé, instalada em 12 de junho de 1789,<sup>57</sup> representava o principal espaço de poder local, e teve suas cadeiras ocupadas por representantes da Freguesia de São Nicolau de Suruí (Tabela 2), inclusive pelo seu ex-pároco, o Padre José Rodrigues Portella, que chegou a presidi-la.<sup>58</sup>

**Tabela 2.** Vereadores eleitos pela Freguesia de São Nicolau de Suruí

1849-1852	Francisco Gomes da Cunha
1858-1860	
1853-1856	Padre José Rodrigues Portella
1862-1864	
1857-1860	Luiz José Pereira
1862-1864	
1857-1860	Virgílio José de Oliveira
1861-1864	Antonio Baptista de Oliveira
1869-1876	Capitão José Francisco de Paula
1881-1885	
1881	Capitão Luiz José de Oliveira e Souza
1877-1889	Capitão Manoel Francisco de Paula
1885	Dionysio José Barenco
1885	José Maria Gonçalves Penna
1886-1887	Benedicto Alves Barbosa

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 7 de julho de 1886, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de setembro de 1887, p. 3; O Fluminense,

<sup>57</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 48.

<sup>58</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 181; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 328.



Niterói (RJ), 14 de julho de 1889, p. 2.

A manutenção da ordem escravista na Freguesia de São Nicolau de Suruí era garantida pelos subdelegados de polícia e seus substitutos (Tabelas 3 e 4), pelos escrivães de polícia (Tabela 5), oficiais de Justiça (Tabela 6) e pelos inspetores de quarteirão (Tabela 7).

Com a reforma do Código Penal, em 1841, a figura do delegado de polícia nomeado, e de seus subdelegados, tornou-se central, pois, além de prender suspeitos de crimes, podiam emitir ordens de busca e apreensão, ouvir testemunhas, redigir o processo crime contra os acusados, julgar casos menores e nomear os inspetores de quarteirão.<sup>59</sup>

As principais famílias de Suruí viam na ocupação dos cargos de subdelegado (Tabela 3) e de substitutos do subdelegado (Tabela 4) uma forma de ampliar seu poder de proteção aos apadrinhados a fim de se fortalecer eleitoralmente.

**Tabela 3.** Subdelegados da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1848	Tenente Francisco Gaspar da Costa
1849-1856	Vicente Estácio da Silva
1857-1860	Luiz José Pereira
1862	Julião José Alves
1865-1866	Ignácio José de Mello
1867-1870	Virgílio José de Oliveira
1876	Capitão José Francisco de Paula
1878-1885	Capitão Luiz José de Oliveira e Souza
1885-1887	Capitão Manoel Francisco de Paula
1888-1889	
1887-1888	Alferes Luiz Gonçalves da Motta
1889	

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Fluminense, Niterói (RJ), 25 de setembro de 1885, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 1.º de novembro de 1887, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 4 de julho de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1.

<sup>59</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 79-80

**Tabela 4.** Substitutos de Subdelegado da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1850-1856	Julião José Alves
1850-1856	Luiz José Pereira
1850-1859	Joaquim Dias Moreira
1857	Ignácio José de Mello
1859	
1857	Virgílio José de Oliveira
1858-1862	João Cardoso Viçosa Franco
1858-1860	Joaquim Pinto de Castro
1859	Francisco José do Amaral
1859-1867	Maciel José de Barros
1860-1870	Tenente José Francisco de Paula
1860-1862	Belarmino Leopoldo de Magalhães
1865-1867	Manoel Francisco de Paula
1870	Luiz José de Oliveira
1870-1876	Henrique de Lemos Moreira
1870	José Eugênio Teixeira Leite
1876-1885	Albino José do Amaral
1878	Dionysio José Barenco
1878	João Pedro Barenco
1879-1885	Luiz Gonçalves da Motta
1879-1887	Francisco José do Amaral Júnior
1887	Antonio Ramos de Faria
1889	
1887	José Maria Gonçalves Penna
1889	
1888	Augusto de Oliveira Mello
1888	Arsênio José de Paiva
1888	Manuel Augusto de Mello
1889	João Pedro Barenco

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; O Fluminense, Niterói (RJ), 21 de outubro de 1887, p. 2; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1.

90 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

Na estrutura burocrática imperial, os escrivães foram importantes figuras, pois poderiam obstruir as investigações criminais contra os aliados e acelerar denúncias contra os opositores políticos, ao mesmo tempo em que, e não muito raro, redigiam as decisões dos subdelegados, dos juízes de paz e dos próprios magistrados.<sup>60</sup> Isso explicaria o porquê de algumas das principais famílias de Suruí se interessarem em ocupar o cargo (Tabela 5).

**Tabela 5.** Escrivães do Juízo de Paz e da Subdelegacia de Suruí

1846-1847	Joaquim Leopoldo de Magalhães
1848-1857	Antonio Teixeira Penna
1858-1862	José Maria Nunes Teixeira
1862	Evaristo Ferreira Leite
1865-1867	José Maria Nunes Teixeira
1870-1876	Antonio Gomes de Oliveira Cunha
1878-1885	Ladislau José Teixeira Leite

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

Os oficiais de Justiça tinham a missão de cumprir as ordens de prisão, de busca e apreensão, bem como poderiam, de ofício, conduzir qualquer pessoa a presença dos juízes de paz, nas hipóteses de ter cometido algum crime ou pelo fato de tentar-se esconder, fugir ou portar armas, instrumentos e papéis que levassem a presunção de cumplicidade em algum crime ou aparentassem ter sido furtadas, segundo as regras do Código de Processo Penal de 1832.

Segundo o Regulamento n.º 120, de 31 de janeiro de 1842, a nomeação dos oficiais de justiça nas freguesias cabia aos subdelegados de polícia e poderiam servir também aos juízes de paz (artigo 52). Havia, portanto, uma relação de confiança na escolha dos oficiais de justiça de Suruí (Tabela 6), que deveriam ser leais aos subdelegados e aos juízes de paz que representavam as principais famílias da freguesia.

**Tabela 6.** Oficiais de Justiça da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1859	Ricardo José Ferreira
1859	José Bento de Magalhães
1860-1862	Manoel Ferreira Mendes
1876	Luiz Leocádio de Proença

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

<sup>60</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 283.

O recenseamento de 1872 contabiliza na Freguesia de São Nicolau de Suruí, que se dividia em dez quarteirões, a população de duas mil almas e cinco eleitores.<sup>61</sup> Cada inspetor de quarteirão atuava sob a orientação dos subdelegados. Tinham autoridade para interferir em qualquer aspecto da vida dos moradores do quarteirão. Expediam autorizações, passes e declarações de bons antecedentes para os moradores e atestados de óbito. Faziam rondas noturnas para fiscalizar se os policiais cumpriam suas obrigações. Garantiam a ordem pública nas ruas, tabernas e botequins e, principalmente, vigiavam possíveis aglomerações de escravizados.<sup>62</sup>

**Tabela 7.** Inspetores de Quarteirão da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1862	Laurentino José Bravo
1862	Antonio José de Paiva
1869-1871	
1862	Henrique de Lemos Moreira
1862	Luiz de Proença Quintanilha
1862	Joaquim Ferreira do Valle
1869-1870	
1862	José Eves do Valle
1862	Justino Francisco de Souza
1862	Luiz Pires da Fonseca
1862	Francisco Joaquim da Fonseca
1862	José Joaquim do Amaral
1869-1870	Augusto César de Mendonça e Lima
1869-1871	José da Silva Leite
1869-1871	Francisco Félix do Bonfim
1869-1871	Gabriel Silvério de Martins
1869-1871	Firmino Nunes de Marins
1869-1871	Manoel Teixeira de Marins
1869-1871	José Eugênio Teixeira Leite
1869-1871	Francisco Eves da Silva
1871	José Pedro de Paiva
1871	Joaquim Ferreira do Valle

<sup>61</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186.

<sup>62</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 88-89.

92 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

1889	Guilherme de Proença Quintanilha
1889	Antonio José Romão Júnior

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 01 (1889-1895).

Em que pese o esvaziamento do cargo de juiz de paz, com a reforma do Código Penal, em 1841, que transferiu parte de sua autoridade para os delegados de polícia nomeados, a função permaneceu valorizada e cobiçada pelas principais famílias de Suruí (Tabela 8).

**Tabela 8.** Juízes de Paz da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1848	Tenente Francisco Gaspar da Costa
1848	Capitão Hermenegildo Alves da Silva
1848-1849	Capitão Francisco Gomes da Cunha
1859-1860	
1848	Tenente Julião José Alves
1849-1854	Luiz José Pereira
1857-1862	
1849	Antonio Baptista de Oliveira
1849	Maciel José de Barros
1857-1860	
1878-1885	
1851-1856	Vicente Estácio da Silva
1851-1856	Luiz José de Oliveira
1851	Emiliano Carlos de Souza
1853-1856	João de Proença Quintanilha
1857-1858	Dr. Joaquim de Oliveira Garcia
1857-1860	Ignácio José de Mello
1862-1864	Tenente José Francisco de Paula
1870-1876	
1862-1864	Padre José Rodrigues Portella
1862-1864	Julião José Alves

1865-1885	Manoel Francisco de Paula
1865-1867 1870	Alferes Belarmino Leopoldo de Magalhães
1865-1867 1876	José Joaquim da Silva Leitão
1865-1867 1870	José Antonio Alves de Farias Tenente Virgílio José de Oliveira
1870, 1886 1876	Capitão Luiz José de Oliveira e Souza Henrique de Lemos Moreira
1878-1885	Dionísio José Barenco
1877-1887	Benedicto Alves Barbosa
1886	Antônio Ramos de Faria
1886	José Maria Gonçalves Penna

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 7 de julho de 1886, p. 1; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de julho de 1887, p. 2.

Competia a Assembleia Provincial legislar sobre a instrução pública primária (§ 2.º do artigo 10 do Ato Adicional de 1834). A instrução era ministrada por professores públicos ou particulares subvencionados e fiscalizada pelos inspetores de instrução pública, ambos nomeados pela Província do Rio de Janeiro.

Os inspetores de instrução pública de Suruí (Tabela 9) exerciam a função de intermediários entre os professores e o governo, ao mesmo tempo em que atuavam para garantir uma educação que assegurasse a manutenção da ordem escravista, através da difusão de valores morais e cívicos que interessavam ao Império.

**Tabela 9.** Inspetores de instrução pública da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1851-1853	Frei Geminiano da Piedade Miranda
1854-1859	Ignácio José de Mello
1860-1862	Padre José Pinto dos Reis
1864 1877-1878 1887	Capitão Manoel Francisco de Paula

94 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

1867-1868	Capitão José Francisco de Paula
1879-1885	
1887-1888	
1889	
1870-1873	Lino José de Oliveira e Souza
1875-1876	Capitão Luiz José de Oliveira e Souza
1885	
1888	Augusto de Oliveira Mello
1889	Antônio Ramos de Faria

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1885, p. 3; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 18 de novembro de 1887, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 29 de julho de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de dezembro de 1889, p. 3.

Um cargo pouco atraente para as famílias mais abastadas, mas que poderia servir de troca entre os chefes políticos e seus apadrinhados, era o de agente do Correio, pois, não havendo previsão de salário, sobrevivia o funcionário de percentual da renda de sua agência. Richard Graham observa que, apesar de mal remunerada, os chefes de agências postais exerciam um papel político, principalmente nas eleições, quando poderiam retardar a remessa e entrega das correspondências.<sup>63</sup>

**Tabela 10.** Agentes do Correio da Freguesia de São Nicolau de Suruí

1876-1878	José Estácio da Costa e Silva
1879-1883	Francisco Estácio da Costa e Silva
1883	Alfredo da Silva Leitão
1884-1885	João Pedro Barenco
1885-1888	João Leal de Magalhães
1888-1903	João Pedro Barenco

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 25 de fevereiro de 1883, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 3 de julho de 1884, p. 3; O Paiz, Rio de Janeiro, RJ, 7 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 de janeiro de 1888, p. 2; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1.º de novembro de 1903, p. 3.

<sup>63</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 286



As irmandades religiosas eram associações leigas, dedicadas ao incremento de uma devoção, por exemplo, a São Nicolau, e que tinham autonomia para administrar seu patrimônio e rendas, segundo as regras estabelecidas em seus compromissos (estatutos). Eram responsáveis pelas festas religiosas e procissões, pela manutenção de igrejas, capelas e altares e pelo sepultamento de seus filiados. Irmandades pobres, fundadas por negros, contentavam-se em conseguir um altar lateral numa igreja ou capela para cultuar seus santos de devoção. Já as Irmandades do Santíssimo Sacramento congregaram os principais homens brancos da freguesia e tinham a finalidade específica de promoção do culto ao Sacramento da Eucaristia e a organização da procissão de Corpus Christi.<sup>64</sup>

A Irmandade do Santíssimo e São Nicolau de Suruí remonta ao século XVIII, mas, no início, eram duas irmandades de brancos que acabaram se unindo. A Irmandade de São Nicolau começou como simples confraria, tendo os seus estatutos aprovados, em 1723, enquanto que a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada por volta de 1746. Pelos escritos de Monsenhor Pizarro e Araújo, ficamos sabendo que a Irmandade de São Nicolau era controlada pelos descendentes do Sargento-mor Bernardo Soares de Proença e entrou em decadência, por falta de associados, quando passou a admitir mulatos entre seus membros, o que levou a fusão com a Irmandade do Santíssimo Sacramento.<sup>65</sup>

Nas igrejas-matrizes a partir do final do século XVII, a exemplo da Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí, encontramos próximo do arco-cruzeiro dois altares laterais, um dedicado a Nossa Senhora do Rosário e outro a São Miguel e Almas. Foi, no século XVIII, que se incrementaram as irmandades do Rosário dos Pretos (admitiam-se negros e negras, ao contrário das do Santíssimo Sacramento, onde só ingressavam homens brancos). Já as irmandades de São Miguel e Almas eram dedicadas ao sufrágio das almas do Purgatório.<sup>66</sup>

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi criada pelos negros por volta de 1688, provavelmente, na capela do sesmeiro Nicolau Baldin. Em 1754, a irmandade pediu autorização para colocar em seu altar a imagem de São Benedito, bem como que pudesse admitir em seus quadros os devotos do santo.<sup>67</sup> Em 1874, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito organizou a festa de sua padroeira, com missa cantada, sermão, queima de fogos, novenas e procissão,

<sup>64</sup> AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 89-95.

<sup>65</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 84.

<sup>66</sup> AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 96-100.

<sup>67</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 85-86.

para a qual convidou os irmãos da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau.<sup>68</sup> Em 1885, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Suruí celebrou a festa de sua padroeira com missa solene, com sermão pelo Padre José Herculano da Costa Brito, convidado especialmente para a ocasião, e procissão com a imagem, carregada pelos membros da irmandade.<sup>69</sup>

O cargo de provedor, a quem competia presidir a irmandade, era ocupado pelos chefes políticos e seus familiares, fazendeiros e negociantes influentes na Freguesia de São Nicolau de Suruí (tabelas 11 e 12).

**Tabela 11.** Provedores da Irmandade do Santíssimo e São Nicolau

1859	Capitão Francisco Gomes da Cunha
1860-1861	João Cardoso Viçosa Franco
1862-1863	Julião José Alves
1864	Maciel José de Barros
1884	José Francisco Lopes da Rocha

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 19 de junho de 1883, p. 3.

**Tabela 12.** Provedores da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

1859-1860	Antonio Pereira dos Anjos
1862-1863	Aleixo José Ferreira
1864	Manoel Ferreira Leite

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

Havia, ainda, uma terceira irmandade, a de São Miguel e Almas, criada em 1723, confirmado seu compromisso em 1767.<sup>70</sup> Em que pese Monsenhor Pizarro e Araújo registrar a sua existência, em 1794, a sua ausência nas páginas do Almanak Laemmert pode sinalizar que, no século XIX, já não mais existia.

Cada irmandade era responsável por seu altar na Igreja Matriz de São Nicolau. O altar-mor pela Irmandade do Santíssimo e São Nicolau. O altar do lado do Evangelho, originalmente, dedicado a Nossa Senhora do Rosário e São

<sup>68</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de setembro de 1874, p. 3.

<sup>69</sup> O Apóstolo, Rio de Janeiro (RJ), 22 de novembro de 1885, p. 2.

<sup>70</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: inventário de Arte Sacra Fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009, p. 86.

Benedito, está agora dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, e, na reforma de 2013, passou a abrigar, na mesa do altar, um nicho com a imagem do menino Jesus na manjedoura. O altar do lado da Epístola, antes dedicado a devoção a São Miguel e às Almas do Purgatório, desde 2013, está dedicado a Nossa Senhora das Dores e guarda em um nicho, a imagem do Senhor morto.<sup>71</sup>

Além das descaracterizações das mesas dos altares laterais ter ocorrido depois do tombamento estadual, em 1980, o que por si só já caracteriza um desrespeito para com os Bens Culturais da Igreja, a troca das devoções contribui para o apagamento da memória das irmandades religiosas que sustentaram a fé católica em Suruí por tantos anos.

A presença de sociedades musicais em Suruí garantia o acesso a uma educação musical popular, com apresentações de suas bandas nas festas religiosas e eventos cívicos. Foram ainda espaços de prestígio social ocupados pelos representantes das principais famílias de Suruí, a exemplo da Sociedade Musical União Suruhyense, que foi dirigida pelo Dr. Bernardino Marques da Cunha Bastos (Presidente) e por Manoel Francisco de Paula Junior (Vice-Presidente).<sup>72</sup>

Merece destaque a Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro, fundada em 2 de dezembro de 1875, dedicada a alfabetização de meninos pobres, incluindo aulas de música, ministradas pelo Prof. Carlos Gorlitz.<sup>73</sup> Em comemoração aos festejos da Independência, em 1880, sua banda foi convidada por José Narciso Ferreira Costa, comandante do Destacamento Policial de Suruí, para executar o hino nacional.<sup>74</sup>

**Tabela 13.** Presidentes da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro

1878	Capitão Luiz José de Oliveira e Souza
1879	Dionísio José Barenco
1880-1885	José Maria Gonçalves Penna

**Fonte:** Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1846-1885.

## O Distrito de Suruí e o Município de Magé

<sup>71</sup> BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; Resende, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Edições Diocese de Petrópolis, 2014, p. 38.

<sup>72</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

<sup>73</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 180; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

<sup>74</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 12 de setembro de 1880, p. 3.

O golpe militar que pôs fim ao Império do Brasil (1889) não trouxe alterações ao quadro político do Município de Magé. O Distrito de Suruí, criado pelo alvará de 11 de janeiro de 1755, foi confirmado pelos decretos estaduais de 8 de maio e de 3 de junho de 1892.<sup>75</sup>

Enquanto os outros distritos de Magé vivenciaram os impactos da industrialização têxtil, a exemplo de Santo Aleixo, com os melhoramentos implementados pela Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados (1935) e pela Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello (1942), o Distrito de Suruí manteve-se atrelado a sua vocação agrícola, herdada dos períodos colonial e monárquico.

Em 1957, Renato Peixoto dos Santos comenta que o Distrito de Suruí contava com apenas duas longas ruas, com seu casario colonial, e aproximadamente 1.812 habitantes, em sua maioria agricultores e pescadores, sendo sua principal indústria, a farinha de Suruí.<sup>76</sup>

Em 1979, apenas as ruas Coronel Sérgio José do Amaral, Coronel Alarico do Amaral e Isabel de Paula eram calçadas com paralelepípedos. As casas não tinham saneamento básico nem água encanada. Havia apenas um posto de saúde municipal (que só funcionava na parte da manhã), três escolas primárias (até a 4.ª série), uma escola ginásial (o Grupo Escolar Coronel Sérgio José do Amaral) e o lixo não era recolhido pela prefeitura, mas queimado pelos moradores, nos quintais e terrenos baldios.<sup>77</sup>

Os manguezais, o Rio Suruí, a linha da Estrada de Ferro da Leopoldina (1926) e a abertura da rodovia (1957), foram responsáveis por manter o núcleo urbano original de Suruí preservado. Em 1984, Suruí ainda era um vilarejo de pescadores, com casas construídas às margens do rio (Imagem 2).<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Município de Magé. In: *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Rio de Janeiro: IBGE, 1965, p. 150-153

<sup>76</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 139-140.

<sup>77</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 15 de junho de 1979, p. 7.

<sup>78</sup> FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1984.



**Imagem 2.** O Rio Suruí, vendo-se a Igreja Matriz e a ponte de pedra (IBGE, s. d.).

Apesar de aparentar ser o mais pobre dos distritos, três suruienses ocuparam a cadeira de Prefeito de Magé, no século XX: o Coronel Manuel Pinto dos Reis e o Coronel Sérgio José do Amaral foram prefeitos-interventores.<sup>79</sup> E Walcyr José do Amaral, que era o Vice-Prefeito, assumiu a prefeitura quando o Prefeito Juberto de Miranda Telles lançou-se candidato a deputado, em 1970.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, p. 93-94.

<sup>80</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 14 de maio de 1970, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 6 de maio de 1976, p. 3 (2.º caderno).

### **Algumas das antigas famílias de Suruí**

A partir dos registros paroquiais e civis e da coleção de periódicos da Biblioteca Nacional, podemos apontar algumas das famílias representativas do passado monárquico de São Nicolau de Suruí, que mantiveram sua importância ao longo do século XX.

#### **Família Amaral**

O patriarca da Família Amaral, na Freguesia de São Nicolau de Suruí, foi o Coronel Francisco José do Amaral, fazendeiro em Suruí, por volta de 1848,<sup>81</sup> que chegou a ser subdelegado substituto, em 1859, quando faleceu.<sup>82</sup>

Em 1.º de março de 1856, o Coronel Francisco José do Amaral compareceu a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí para declarar as terras deixadas por sua falecida esposa, Maria Rosa Pires, e herdadas por seus filhos Francisco José do Amaral Júnior, Guilhermina Carolina do Amaral, Maria da Glória Amaral, César Augusto do Amaral, José Francisco do Amaral e Elisa Claudina do Amaral, nas localidades de Caioaba e de Campinho.<sup>83</sup>

Em 1888, Francisco José do Amaral Júnior (eleitor e fazendeiro), Sérgio José do Amaral (eleitor e negociante) e Albino José do Amaral (eleitor) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.<sup>84</sup>

Francisco José do Amaral Júnior foi subdelegado substituto (1879-1880),<sup>85</sup> bem como Vice-Presidente da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878).<sup>86</sup>

César Augusto do Amaral aparece, no Almanak Laemmert, como lavrador em Suruí (1880-1885).<sup>87</sup>

<sup>81</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1848, p. 62;

<sup>82</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 30 de maio de 1859, p. 1.

<sup>83</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fls. 38v/39.

<sup>84</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

<sup>85</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160

<sup>86</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174.

<sup>87</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1801; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1883, p. 408; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 975.

Major Albino José do Amaral, filho de Veridiano José do Amaral, nascido, em Suruí, por volta de 1842,<sup>88</sup> estudou farmácia na Faculdade de Medicina da Corte (1866-1867),<sup>89</sup> farmacêutico em Suruí (1875-1885), subdelegado substituto (1876, 1879-1885), secretário da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878) e 3.º substituto do juiz de ausentes da Comarca de Magé (1887).<sup>90</sup> Radicou-se em Petrópolis, por volta de 1889,<sup>91</sup> onde foi juiz de paz (1892) e inspetor (1899), em Cascatinha.<sup>92</sup> Farmacêutico da Companhia Petropolitana (1906-1907)<sup>93</sup>. Em 1891, foi batizado, em Petrópolis, seu filho Orlindo.<sup>94</sup> Em 1905, casou-se com a petropolitana Laudelina Florinda de Siqueira.<sup>95</sup> Faleceu, em Petrópolis, em 1912.<sup>96</sup>

Já o Capitão Domingos José do Amaral, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se aposentou na Diretoria de Obras e Viação.

O Coronel Sérgio José do Amaral ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1903-1926), pelo Partido Republicano de Magé, e foi subdelegado de polícia em Suruí (1905, 1913-1915, 1916-1918, 1922, 1930).<sup>97</sup> Em 1925, auxiliou Frei Basílio Bolwer, franciscano de Petrópolis, a

<sup>88</sup> Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 5 de julho de 1900, p. 4; Gazeta Fluminense, Petrópolis (RJ), 12 de julho de 1905, p. 4.

<sup>89</sup> Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 1866, p. 1; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 28 de novembro de 1867, p. 1.

<sup>90</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1875, p. 165; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1800; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 19 de maio de 1887, p. 4..

<sup>91</sup> O Mercantil, Petrópolis (RJ), 19 de outubro de 1889, p. 2.

<sup>92</sup> Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 14 de junho de 1892, p. 2; Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 9 de junho de 1892, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1899, p. 1.

<sup>93</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1906, p. 1816; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1907, p. 2344..

<sup>94</sup> O Mercantil, Petrópolis (RJ), 12 de setembro de 1891, p. 1.

<sup>95</sup> A União, Rio de Janeiro (RJ), 14 de julho de 1905, p. 3.

<sup>96</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 8 de outubro de 1912, p. 12; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 8 de outubro de 1912, p. 14.

<sup>97</sup> A Capital, Rio de Janeiro (RJ), 12 de janeiro de 1903, p. 2; O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 1905, p. 2; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4194; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1913, p. 4040; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4353; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1915, p. 4262; O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de novembro de 1915, p. 1; O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de março de 1916, p. 1; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4044; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1918, p. 4041; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1919, p. 4041; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1924, p. 5157; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1926, p. 1037; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 11 de novembro de 1918, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ),



reconstruir a Igreja Matriz de São Nicolau de Suruí.<sup>98</sup> Chegou a ser Prefeito-interventor de Magé (1936) e Presidente da Câmara Municipal de Magé (1936-1938).<sup>99</sup> Foi também Presidente de Honra do Suruiense Futebol Clube (1934).<sup>100</sup> Faleceu, em Suruí, aos 83 anos, em 1948.<sup>101</sup>

Elisa do Nascimento Amaral, aos 82 anos, filha de Guilherme de Tal e de Apolinária Rosa do Nascimento, esposa do Coronel Sérgio José do Amaral e mãe do Coronel Alarico José do Amaral, faleceu, em 31 de dezembro de 1936.<sup>102</sup>

Em 1.º de janeiro de 1889, o Coronel Sérgio José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua filha Carina do Amaral, de 2 meses de vida.<sup>103</sup>

Euclides José do Amaral, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e de Elisa do Nascimento Amaral, sendo seus avós paternos o Major Francisco José do Amaral e Rosa de Siqueira, e avó materna Apolinária Rosa do Nascimento, faleceu, em Pau Grande, aos 16 anos, a 6 de março de 1920.<sup>104</sup>

Em 1921, Ovídio José do Amaral, solteiro, lavrador, nascido em Suruí, em 1897, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e de Elisa do Nascimento Amaral, casou-se com Firmina Martinho Ribeiro, solteira, nascida em Suruí, em 1898, filha de Martinho Antonio Ribeiro, natural da Bahia e falecido, e de Maria Rosa Ribeiro, moradora em Suruí.<sup>105</sup>

Em 27 de fevereiro de 1931, Miguel José do Amaral, brasileiro, casado, lavrador, natural de Suruí, compareceu, ao cartório de Suruí, para registrar o óbito de seu filho Sérgio José do Amaral Neto, com um mês de vida.<sup>106</sup>

O Coronel Alarico José do Amaral, negociante, filho do Coronel Sérgio José do Amaral e Elvira Elisa Rosa do Amaral, foi 1.º suplente do subdelegado

---

20 de junho de 1922, p. 6; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 13 de dezembro de 1930, p. 5; .

<sup>98</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1925, p. 11; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 10 de dezembro de 1925, p. 12.

<sup>99</sup> SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann*: história da cidade de Magé, 1870-1950. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988, p.122.

<sup>100</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10.

<sup>101</sup> A Noite, Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 1948, p. 10; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de fevereiro de 1948, p. 1.

<sup>102</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 125.

<sup>103</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 1.

<sup>104</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 106v.

<sup>105</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 38.

<sup>106</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 41.

em Suruí (1930),<sup>107</sup> ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1947-1950),<sup>108</sup> e foi o Presidente do PSD de Magé (1953).<sup>109</sup> Faleceu, em Suruí, 1961.<sup>110</sup>

Em 1919, Alarico José do Amaral, aos 24 anos, casou-se, em Suruí, com Maria da Conceição Amaral, de 17 anos, filha de José Pires do Amaral e de Anna Cantente da Silva.<sup>111</sup>

Alarico José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí, em 1925, para registrar o óbito de sua filha Laura Conceição do Amaral, falecida aos 2 meses de vida.<sup>112</sup>

Walcyr José do Amaral, filho do Coronel Alarico José do Amaral, foi Vice-Prefeito (1967-1970) e Prefeito de Magé (1970-1971).<sup>113</sup> Faleceu, em 1978, vítima de um acidente automobilístico, nas proximidades do bairro de Santa Dalila. Deixou a viúva Célia e uma única filha, Maria Cecília.<sup>114</sup>

Em 2 de setembro de 1920, nasceu Waldyr José do Amaral, filho do Coronel Alarico José do Amaral e de Maria da Conceição Amaral, sendo avós paternos o Coronel Sérgio José do Amaral e Elisa Nascimento Amaral e avós maternos José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente.<sup>115</sup>

Outro filho do Coronel Alarico José do Amaral, Waldair José do Amaral, foi vereador (1983-1988),<sup>116</sup> chegando a Presidente da Câmara Municipal de Magé (1989-1993),<sup>117</sup> quando se aprovou a Lei Orgânica de Magé, em 5 de abril de 1990. É o patrono do corredor dos gabinetes dos vereadores na Câmara Municipal de Magé (Lei Municipal n.º 2.102/2010).

Em Suruí, o Coronel Sérgio José do Amaral, o Coronel Alarico José do Amaral e seu filho Walcir José do Amaral são patronos de ruas, nos bairros Centro e Vila Nova. Existem, ainda, a Escola Estadual Coronel Sérgio José do Amaral e a Escola Municipal Vereador Waldair José do Amaral.

<sup>107</sup> Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 13 de dezembro de 1930, p. 5.

<sup>108</sup> Tribunal Popular, Rio de Janeiro (RJ), 16 de outubro de 1947, p. 1.

<sup>109</sup> Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ), 24 de julho de 1953, p. 9.

<sup>110</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 18 de março de 1961, p. 7.

<sup>111</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 23v.

<sup>112</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 178v.

<sup>113</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 14 de maio de 1970, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 6 de maio de 1976, p. 3 (2.º caderno).

<sup>114</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 30 de setembro de 1978, p. 11.

<sup>115</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 3 (1915-1920), fl. 200.

<sup>116</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 20 de agosto de 1983, p. 13; O Fluminense, Niterói (RJ), 26 de novembro de 1988, p. 6.

<sup>117</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 8 de novembro de 1989, p. 6; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de fevereiro de 1991, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 28 de fevereiro de 1993, p. 4 (2.º caderno).

### Família Barenco

Na Freguesia de São Nicolau de Suruí, encontramos quatro ramos da família Barenco, de origem italiana, descendentes dos irmãos João Barenco, José Barenco, Desidério José Barenco e Dionysio José Barenco,<sup>118</sup> negociantes de secos e molhados, que se estabeleceram, muito provavelmente, atraídos pelo movimento no porto de Suruí. Ocorre que uma parte da família depois migrou para o distrito de Guia de Pacobaíba, também no Município de Magé, onde ainda vivem vários descendentes

Em 1851, encontramos italiano João Barenco como negociante de secos e molhados, em Suruí.<sup>119</sup> Foi casado com uma filha do negociante Vicente Estácio da Silva.<sup>120</sup> Faleceu, em Suruí, em 1862.<sup>121</sup>

Em 1855, João Barenco e José Augusto de Azevedo Gomes dissolveram sua sociedade na casa de negócios no porto do Rio Suruí, ficando o primeiro com o ativo e o passivo da firma.<sup>122</sup> No ano seguinte, encontramos João Barenco como negociante na Rua do Lavradio, 128, na Corte,<sup>123</sup> mesmo ano em que faleceu sua filha, Maria, aos 4 meses, de pneumonia aguda.<sup>124</sup>

João Barenco teve, pelo menos, mais um filho, João Pedro Barenco, negociante em Suruí, por volta de 1876,<sup>125</sup> subdelegado substituto (1878 e 1889), tesoureiro da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1878-1879) e agente do Correio de Suruí (1884-1885 e 1888-1903).<sup>126</sup>

Em 1897, João Pedro Barenco, 47 anos, natural de Suruí, negociante, filho de João Barenco e Angélica Rosa Barenco, casou-se, em Suruí, com Eulina Cândida Ferreira Braga, 25 anos, natural de São João da Barra, filha de Wenceslau Ferreira Braga e de Maria Clara da Silva Braga.<sup>127</sup> O casal teve, pelo menos, dois filhos, Nair Cândida Barenco e Getúlio Adolpho Barenco.

<sup>118</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de maio de 1862, p. 1.

<sup>119</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1851, p. 105;

<sup>120</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 4 de janeiro de 1883, p. 3.

<sup>121</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1862, p. 1.

<sup>122</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 1855, p. 4.

<sup>123</sup> O Auxiliador da Administração do Correio da Corte, Rio de Janeiro (RJ), 1856, p. 143.

<sup>124</sup> Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1856, p. 3.

<sup>125</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.

<sup>126</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 3 de julho de 1884, p. 3; O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 7 de outubro de 1885, p. 1; Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ), 15 de janeiro de 1888, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 17 de julho de 1889, p. 1; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1.º de novembro de 1903, p. 3.

<sup>127</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 66v.

Em 1927, Nair Cândida Barenco, nascida em Suruí, em 1902, filha de João Pedro Barenco e de Eulina Braga Barenco, casou-se, em Suruí, com Luiz Francisco das Chagas, natural de Santa Ana de Japuíba, em 1894, filho de José Francisco das Chagas e Camila Francisca das Chagas.<sup>128</sup>

O casal Luis Francisco das Chagas e Nair Barenco Chagas teve, pelo menos, um filho, Gilberto Francisco das Chagas, falecido com 18 dias de vida, em 26 de dezembro de 1936.<sup>129</sup>

Em 1929, Getúlio Adolpho Barenco, 31 anos, nascido em Suruí, em 1898, filho de João Pedro Barenco e de Eulina Braga Barenco, casou-se, em Guia de Pacobaíba, com Jardelina Rodrigues Pereira, 20 anos, nascida no distrito de Itambi, em Itaboraí, em 1909, filha de Emygdio Rodrigues Pereira e Carolina Ana de Azevedo.<sup>130</sup>

Getúlio Adolpho Barenco foi o oficial do cartório de registro de civil de Suruí (1923-1928),<sup>131</sup> bem como agente do Correio do distrito (1933).<sup>132</sup> Compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu pai, João Pedro Barenco, aos 78 anos, viúvo, funcionário público, falecido em 29 de abril de 1931.<sup>133</sup>

Em 11 de junho de 1898, João Pedro Barenco compareceu ao cartório de Suruí para registrar o falecimento, por tuberculose, de sua mulher Miguelina Maria Barenco, 37 anos, filha de Vicente Estácio da Silva e de Maria Joaquina de Jesus Silva, deixando o casal três filhos: Elisa Maria Barenco (13 anos), Augusto Avelino Barenco (12 anos) e Maria da Silva Barenco (5 anos).<sup>134</sup>

Augusto Avelino Barenco foi agente do Correio de Suruí (1905).<sup>135</sup>

O italiano José Barenco começou como negociante de fazendas, secos e molhados, em Suruí, por volta de 1862.<sup>136</sup> Fixou-se em Olaria da Praia Grande (atual Praia de Olaria), na Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, por volta de 1880, com sua esposa, a italiana Carlota Menghy Barenco.<sup>137</sup> O casal teve, pelo menos,

<sup>128</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 84.

<sup>129</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 124.

<sup>130</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 191v.

<sup>131</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 04 (1920-1928).

<sup>132</sup> A Batalha, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1933, p. 5.

<sup>133</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbito n.º 3 (1927-1940), fl. 44.

<sup>134</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 152.

<sup>135</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 7 de maio de 1905, p. 2.

<sup>136</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 187.

<sup>137</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 113; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 8 de setembro de 1881, p. 2.

sete filhos: Virgílio José Barenco, Santo José Barenco, Pedro José Barenco, Elvira Barenco Coelho, José Pedro Barenco, Adelino José Barenco e Santino José Barenco. É o ramo da família Barenco que ainda hoje está presente no 5.º distrito de Magé.

Virgílio José Barenco, presidente da 6.ª seção eleitoral do Município de Magé (1909), foi também subdelegado de Polícia, em Guia de Pacobaíba (1915).<sup>138</sup> Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1925.<sup>139</sup>

Em 1910, o Alferes Virgílio José Barenco, 36 anos, negociante e residente da Olaria da Praia Grande, filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, viúvo, em primeiras núpcias, de Elvira Pereira Barenco, falecida em Guia de Pacobaíba, em 1909, casou-se com Maria Augusta Corrêa Pinto, 35 anos, professora pública, nascida em Magé, filha de Antonio Alves Corrêa e de Maria Luiz Siqueira Corrêa, viúva, em primeiras núpcias, do português Manoel Soares Pinto, falecido no Anil, em Guia de Pacobaíba, em 1907.<sup>140</sup>

Em 1911, Santo José Barenco, 32 anos, negociante na Figueira (Guia de Pacobaíba), filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, ambos italianos, casou-se com Laura Cantente da Silva, 24 anos, filha de Manoel José Soares da Silva e de Maria das Dores Cantante da Silva.<sup>141</sup>

Em Petrópolis, encontramos os irmãos José Pedro Barenco e Pedro José Barenco, filhos de José Barenco, que foram sócios na firma Barenco & Irmãos, dissolvida, em 1900.<sup>142</sup> Pedro José Barenco foi, ainda, membro da comissão de sindicância da Caixa Raiffeisen, cooperativa de crédito, em Petrópolis (1915).<sup>143</sup> Faleceu, em 1954.<sup>144</sup>

Em 1896, Elvira Carlota Barenco, 25 anos, residente na Olaria da Praia Grande, em Guia de Pacobaíba, casou-se com Manoel Fernandes Coelho Filho, 36 anos, residente em São Nicolau de Suruí, filho de Manoel Fernandes Coelho e de Maria da Conceição Coelho.<sup>145</sup>

O casal Manoel Fernandes Coelho Filho e Elvira Barenco Coelho são

<sup>138</sup> A Capital, Rio de Janeiro (RJ), 25 de dezembro de 1909, p. 2; Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 1915, p. 3; O Fluminense, Niterói (RJ), 10 de novembro de 1915, p. 1.

<sup>139</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 16 de maio de 1925, p. 16.

<sup>140</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 108v.

<sup>141</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 110.

<sup>142</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de novembro de 1900, p. 8; Gazeta Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 21 de junho de 1905, p. 3.

<sup>143</sup> A União, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1915, p. 2.

<sup>144</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 9 de maio de 1954, p. 7 (5.º caderno).

<sup>145</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 44.

os pais do Monsenhor Godofredo Barenco Coelho (1905-1965), pároco da Igreja Matriz de São Gonçalo, por 24 anos, e patrono da cadeira 36 da Academia Gonçalense de Letras, Artes e Ciências.<sup>146</sup> Na Praia de Olaria, em Guia de Pacobaíba, existe a Praça Monsenhor Barenco, em frente à antiga casa da família.

Virgílio Barenco Coelho foi proprietário do Armazém do Outeiro (1933) e agente do Correio em Guia de Pacobaíba (1935).<sup>147</sup> Em 1947, em sociedade com Antonio Seabra da Silva, comprou uma parte da Fazenda dos Remédios, dos herdeiros de Isabel Maria de Campos, sendo a área transformada, posteriormente, pelo Dr. Paulo Carneiro, no loteamento Praia da Esperança.<sup>148</sup>

Adelino José Barenco foi juiz de paz em Guia de Pacobaíba (1914-1915) e ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1917-1925).<sup>149</sup> Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1939.<sup>150</sup>

Em 1930, Adelino José Barenco, 53 anos, nascido em 1877, filho de José Barenco e Carlota Menghy Barenco, italianos, casou-se, em Guia de Pacobaíba, com Aurora Rosa de Almeida, 38 anos, nascida em Nova Iguaçu, em 1892, viúva, em primeiras núpcias, do português Gabriel de Almeida, falecido em Guia de Pacobaíba, em 1928, com quem teve cinco filhos (Gabriel, Marieta, Nilo, Nelson, Arinda).<sup>151</sup>

O casal Adelino José Barenco e Aurora Rosa Barenco são os pais do poeta Manoel Rosa Barenco (1932-2001), nascido em Guia de Pacobaíba, autor de “Cantigas de pescador” (1966), de “Versos sem A” (1974) e de “Uma rosa sobre as ondas” (1974). Em Guia de Pacobaíba, Aurora Rosa Barenco é patronesse do antigo terminal rodoviário e de três ruas, nos bairros Goia, Ipiranga e Parque Recreio Dom Pedro II.

Santino José Barenco faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1936.<sup>152</sup>

O italiano Desidério José Barenco começou como negociante de

<sup>146</sup> SILVA, Salvador da Mata e. *Gonçalenses Adotivos*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1996, p. 61-62.

<sup>147</sup> O Radical, Rio de Janeiro (RJ), 17 de novembro de 1933, p. 2; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 27 de outubro de 1935, p. 23.

<sup>148</sup> ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000, p. 82.

<sup>149</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4354; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1915, p. 4262; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4044; O Imparcial, Rio de Janeiro (RJ), 19 de maio de 1921, p. 7; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1925, p. 1036.

<sup>150</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 25 de novembro de 1939, p. 18.

<sup>151</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba. Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930), fl. 199v.

<sup>152</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 1936, p. 13.

fazendas, secos e molhados, em Suruí, por volta de 1859,<sup>153</sup> figurando depois como fazendeiro, na freguesia, a partir de 1877.<sup>154</sup> Negociante com duas casas comerciais no arraial de Suruí, em 1880.<sup>155</sup> Produtor da farinha de Suruí da marca Época, vendida na Corte.<sup>156</sup>

Em 26 de maio de 1891, Desidério José Barenco compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua esposa Josephina Rosa Barenco, aos 59 anos, natural de Suruí, com quem teve quatro filhos: Domingos José Barenco, nascido em 1851; Maria Barenco Veloso, nascida em 1854; Cândida Barenco de Almeida, nascida 1857; Euphemia Barenco Guimarães, nascida em 1867.<sup>157</sup>

Euphemia Barenco Guimarães foi casada com Francisco Lopes Nascimento Guimarães (negociante); Cândida Barenco de Almeida, casada com Manuel Esteves de Almeida (fazendeiro); e, Maria Magdalena Barenco, casada com Casimiro Augusto Diniz Veloso (negociante).<sup>158</sup>

Em 1898, Pedro Barenco Júnior, negociante, filho de Pedro Barenco e de Fortunata Barenco, natural do Reino da Itália e morador em Petrópolis, casou-se, em Suruí, com Laura Augusta Veloso, 23 anos, natural de Suruí, filha de Casimiro Augusto Veloso e de Maria Magdalena Barenco.<sup>159</sup>

Em 02 de janeiro de 1898, Maria Barenco Veloso faleceu, na ilha de Paquetá, aos 42 anos, filha de Desidério José Barenco e de Josephina Rosa Barenco, já falecidos, moradora de Suruí, deixando o viúvo, Casimiro Augusto Diniz Veloso, e sete filhos: Améria (23 anos), Laura (22 anos), Desidério (20 anos), Madalena (19 anos), Idalina (17 anos), Zulmira (13 anos) e Julieta (11 anos), todos nascidos em Suruí.<sup>160</sup>

O italiano Dionysio José Barenco começou como negociante em Suruí, por volta de 1876,<sup>161</sup> exerceu, na freguesia, os cargos de subdelegado substituto (1877-1878), juiz de paz (1877-1885) e presidente da Sociedade

<sup>153</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1859, p. 82-83; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1867, p. 260-261; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174

<sup>154</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 174.

<sup>155</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160.

<sup>156</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 27 de março de 1881, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de setembro de 1888, p. 7.

<sup>157</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 49v.

<sup>158</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 21 de junho de 1895, p. 5.

<sup>159</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 82.

<sup>160</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 170v.

<sup>161</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1876, p. 175.



Protetora de Música Dois de Dezembro (1879).<sup>162</sup> Em 1892, encontramos Dionysio José Barenco como mesário na seção eleitoral de Cascatinha, em Petrópolis, sob a presidência do farmacêutico Albino José do Amaral.<sup>163</sup> Faleceu, em Petrópolis, em 1894.<sup>164</sup>

Roberto Faria Barenco, negociante, filho de Dionysio José Barenco e de Maria Faria Barenco, nascido a 09 de julho de 1890, em Petrópolis, era morador e eleitor no Rio de Janeiro, em 1934.<sup>165</sup>

Em 1888, Dionysio José Barenco (eleitor e lavrador) e João Pedro Barenco (eleitor e negociante) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.<sup>166</sup>

Antônio José Barenco foi juiz de paz do 5.º distrito de Magé (1926).<sup>167</sup> Faleceu, em Guia de Pacobaíba, em 1931.<sup>168</sup>

Em 1890, Vitalina Maria da Conceição, 18 anos, nascida em Suruí, filha natural de Carolina Barenco, casou-se com Virgílio José Barbosa, 31 anos, nascido em Suruí, filho natural de Luiza Rosa de Siqueira.<sup>169</sup>

Mais recentemente, o comerciante Paulo Barenco, de Guia de Pacobaíba, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1947-1970),<sup>170</sup> onde foi Presidente (1963) e Vice-Presidente (1950 e 1970).<sup>171</sup> Sua esposa, Maria Pinheiro Barenco, também ocupou uma cadeira no legislativo municipal (1972-1988).<sup>172</sup> Em Guia de Pacobaíba, existe a Escola Municipal Vereador

<sup>162</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1877, p. 186; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1878, p. 173-174; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1879, p. 211-212; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 973.

<sup>163</sup> O Mercantil, Petrópolis (RJ), 18 de maio de 1892, p. 2.

<sup>164</sup> Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ), 17 de fevereiro de 1894, p. 2.

<sup>165</sup> Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 1934, p. 379.

<sup>166</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

<sup>167</sup> O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 17 de setembro de 1926, p. 1.

<sup>168</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 1931, p. 14.

<sup>169</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 01 (1889-1916), fl. 15.

<sup>170</sup> O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 21 de outubro de 1948, p. 6; Diário Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 17 de outubro de 1962, p. 11; O Fluminense, Niterói (RJ), 5 de março de 1970, p. 5.

<sup>171</sup> A Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 8 de março de 1950, p. 1; Última Hora, Rio de Janeiro (RJ), 12 de agosto de 1963, p. 6; Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ), 7 de setembro de 1963, p. 6; O Fluminense, Niterói (RJ), 5 de maio de 1970, p. 5 (2.º caderno).

<sup>172</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 1.º de agosto de 1972, p. 3; O Fluminense, Niterói (RJ), 21 de maio de 1980, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 16 de janeiro de 1983, p. 13; O Fluminense, Niterói (RJ), 2 de março de 1985, p. 5; O Fluminense, Niterói (RJ), 9 de janeiro de 1988, p. 11.

Paulo Barenco, na Praia de Olaria.

### **Família Bonfim**

Francisco Félix do Bonfim, figura influente no Partido Liberal de Magé, foi assassinado em 1849, numa emboscada em seu quintal, tendo declarado a esposa, antes de falecer, que fora vítima de um atentado político.<sup>173</sup>

Em 13 de fevereiro de 1856, Joanna Maria do Bonfim declarou ser proprietária de terras na Freguesia de São Nicolau de Suruí, no lugar chamado de Caioaba, fazendo divisa com as terras do Tenente Francisco José do Amaral e com as da viúva de Francisco Félix do Bonfim.<sup>174</sup>

Em 21 de fevereiro de 1856, foi a vez da Senhorinha Maria do Bonfim, viúva de Francisco Félix do Bonfim, declarar ser proprietária de terras também na localidade de Caioaba, fazendo divisas com as terras de Joanna Maria do Bonfim e do Tenente Francisco José do Amaral.<sup>175</sup>

Em 20 de maio de 1892, Manuel Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua mãe Senhorinha Maria do Bonfim, aos 70 anos, viúva, natural de Suruí, filha de Jacintha Maria de Jesus, deixando três filhos (o declarante, Francisco Félix do Bonfim Filho e João Félix do Bonfim).<sup>176</sup>

Francisco Félix do Bonfim Filho, que figura como inspetor de quartelão (1869-70), foi carpinteiro em São Nicolau de Suruí.<sup>177</sup>

Em 1883 e 1885, encontramos João Félix do Bonfim e Manoel Félix do Bonfim, na relação dos principais fazendeiros/lavradores de São Nicolau de Suruí.<sup>178</sup>

Em 1888, Manoel Félix do Bonfim (lavrador) e João Félix do Bonfim (lavrador) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo

<sup>173</sup> Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de janeiro de 1849, p. 3.

<sup>174</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 16.

<sup>175</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí, Vila de Magé (1854-1856), fl. 20.

<sup>176</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 62.

<sup>177</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 85; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1870, p. 86; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 159.

<sup>178</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1883, p. 409; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974.

fim da escravidão negra.<sup>179</sup>

Em 1892, Manoel Félix do Bonfim foi nomeado 3.º suplente do subdelegado do distrito de Suruí,<sup>180</sup> sendo reconduzido ao cargo, em 1895.<sup>181</sup>

Em 1893, Manoel Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu sobrinho João, de seis anos, de cor parda, filho de João Félix do Bonfim e de Marina Nazareth do Bonfim, sendo avós paternos Senhorinha Maria do Bonfim e Francisco Félix do Bonfim e, da parte materna João Cardoso Viçosa Franco e Laurentina de Nazareth.<sup>182</sup>

Francisco Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu pai, Manuel Félix do Bonfim, falecido, em 5 de outubro de 1906, aos 67 anos, no estado civil de solteiro, natural de Suruí, filho de Francisco Félix do Bonfim.<sup>183</sup>

Em 1907, o Tenente Manuel Pinto dos Reis e Francisco Félix do Bonfim foram espancados, em Conceição de Suruí, por um grupo de desordeiros, sendo o crime atribuído a vingança política.<sup>184</sup>

Em 1909, na mesa eleitoral do Distrito de Suruí, presidida pelo Tenente Manuel Pinto dos Reis, Manuel Félix do Bonfim figura como membro efetivo e Francisco Félix do Bonfim, como suplente.<sup>185</sup>

Em 28 de agosto de 1913, figuram como signatários de uma carta dirigida à Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense quatro representantes da Família Bonfim: Manoel Félix do Bonfim, Francisco Félix do Bonfim, Noé Félix do Bonfim e Ludovico Félix do Bonfim.<sup>186</sup>

Em 5 de outubro de 1916, faleceu, no Porto de Suruí, Manoel Félix do Bonfim, solteiro, aos 67 anos, natural e morador de Suruí, filho de Francisco Félix do Bonfim, tendo deixado descendência.<sup>187</sup>

Em 1917, Landim Félix do Bonfim compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de sua avó Rufina Antônia Bonfim, solteira, negra,

---

<sup>179</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

<sup>180</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 8 de agosto de 1892, p. 2

<sup>181</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 12 de março de 1895, p. 2.

<sup>182</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 69.

<sup>183</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 53v.

<sup>184</sup> *O Fluminense*, Niterói (RJ), 7 de setembro de 1907, p. 1.

<sup>185</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (RJ), 29 de novembro de 1909, p. 6.

<sup>186</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro (RJ), 29 de agosto de 1913, p. 10.

<sup>187</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 53v.

falecida aos 90 anos.<sup>188</sup>

Em 1921, João Félix do Bonfim, nascido em Suruí, em 1893, filho de Manuel Félix do Bonfim e de Luiza Thereza Alves, casou-se com Agar Tertuliano dos Santos, nascida, em Suruí, em 1903, filha de Albino Tertuliano dos Santos e de Maria Rosa dos Santos.<sup>189</sup>

Em 1934, na eleição da nova diretoria do Suruhyense Footbal Club, foi eleita a chapa encabeçada pelo Presidente Capitão Francisco Romano de Paiva, figurando no conselho fiscal o Capitão João Félix do Bonfim.<sup>190</sup>

João Félix do Bonfim Neto compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de Ludovico Félix do Bonfim, aos 69 anos, casado, natural de Suruí, filho de João Félix do Bonfim e de Mariana Bonfim, falecido a 8 de maio de 1938.<sup>191</sup>

Em 1944, João Félix do Bonfim figura na comitiva das lideranças de Suruí que recepcionaram o Comandante Ernani do Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio de Janeiro, em sua visita ao distrito.<sup>192</sup>

João Félix do Bonfim Filho, o popular Zuca, fundou, em 1953, a escolinha de futebol do Suruiense Futebol Clube, com aulas teóricas das regras e táticas de futebol, em uma sala emprestada no Grupo Escolar Coronel Sérgio José do Amaral, e aulas prática no campo do clube.<sup>193</sup>

Na década de 1970, encontramos João Félix do Bonfim Filho, concorrendo a uma cadeira na Câmara Municipal de Magé, nas eleições municipais de 1976,<sup>194</sup> bem como Nédio Félix do Bonfim, como técnico do Suruiense Futebol Clube e da Seleção Mageense de 1979.<sup>195</sup>

Em Suruí, João Félix do Bonfim é patrono de rua nos bairros Chácara Grande Rio e Nova Orleans. João Félix do Bonfim Filho é o patrono do Estádio Mestre Zuca, do Suruiense Futebol Clube. Nédio Félix do Bonfim, pintor e proprietário do bar Cabana do Pai Tomás, na margem do Rio Suruí, é o patrono da ponte ali existente (Lei Municipal n.º 1604/2003).

---

<sup>188</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 65.

<sup>189</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 02 (1916-1940), fl. 31.

<sup>190</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10.

<sup>191</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 151.

<sup>192</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 7 de setembro de 1944, p. 3.

<sup>193</sup> Diário do Congresso Nacional, Brasília (DF), 24 de agosto de 1978, p. 7103.

<sup>194</sup> O Estado do Rio, Niterói (RJ), 5 de novembro de 1976, p. 1

<sup>195</sup> O Estado do Rio, Niterói (RJ), 13 de abril de 1979, p. 8; O Estado do Rio, Niterói (RJ), 23 de novembro de 1979, p. 6.

### Família Paiva

A família Paiva foi outra que se estabeleceu, inicialmente, como negociantes de secos e molhados em Suruí. Uma parte da família depois migrou para a região da Raiz da Serra, na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, dentro do próprio Município de Magé, onde se destacou Horácio José de Paiva.

Joaquim José de Paiva foi negociante de secos e molhados estabelecido em Suruí (1864-1871).<sup>196</sup>

Antonio José de Paiva foi negociante de secos e molhados (1864-1869), lavrador (1880-1885) e inspetor de quarteirão (1862 e 1869-1871).<sup>197</sup> Em 1892, o encontramos como proprietário no arraial de São Nicolau de Suruí.<sup>198</sup>

Arsênio José de Paiva foi 2.º procurador da Sociedade Protetora de Música Dois de Dezembro (1880-1885) e 2.º suplente de subdelegado de Suruí (1888).<sup>199</sup> O primeiro livro de registro de nascimentos de Suruí (1889-1916) demonstra sua condição de negociante muito popular na freguesia, figurando como testemunha em vários registros.

Em 1891, Arsênio José de Paiva, casado do Egídia Almeida Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu filho Alfredo José de Paiva,<sup>200</sup>

Em 1888, Donato José de Paiva (eleitor) e Antonio José de Paiva (eleitor) assinaram uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.<sup>201</sup>

Em 19 de junho de 1892, o negociante Donato José de Paiva, casado com Adelina Amaral Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de

<sup>196</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 334; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86.

<sup>197</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1862, p. 187; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1864, p. 334; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1865, p. 261; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1868, p. 81; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 85; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1882, p. 1801; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 975..

<sup>198</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 23 de outubro de 1892, p. 4.

<sup>199</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1880, p. 158-160; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1885, p. 974; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 1888, p. 2.

<sup>200</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 53v.

<sup>201</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

sua filha Amélia José de Paiva <sup>202</sup>

O Coronel Donato José de Paiva, lavrador, em Suruí, foi o festeiro da Festa de Nossa Senhora do Rosário (1903),<sup>203</sup> bem como juiz de paz no distrito (1913-1915 e 1922).<sup>204</sup>

Francisco Romano de Paiva, compareceu, para registrar o óbito de sua mãe Adelina do Amaral Paiva, casada, 61 anos, ocorrido em 8 de abril de 1930.<sup>205</sup>

Compareceu ainda Francisco Romano de Paiva ao cartório de Suruí, para registrar o falecimento de seu pai Capitão Donato José de Paiva, 77 anos, natural de Suruí, falecido em 25 de maio de 1930.<sup>206</sup>

O Capitão Francisco Romano de Paiva, membro do Centro Republicano do Distrito Federal (1914), <sup>207</sup>foi Diretor-Presidente do Suruiense Futebol Clube (1934) e suplente de subdelegado de polícia, em Suruí (1936).<sup>208</sup>

Em 1917, Aníbal Pires do Amaral, 22 anos, solteiro, negociante, natural de Suruí, filho de José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente, casou-se com Maria do Amaral Paiva, 19 anos, solteira, natural de Suruí, filha de Donato José do Amaral e de Adelina Amaral Paiva.<sup>209</sup>

Aníbal Pires do Amaral, remador, casado com Maria Paiva do Amaral, natural de Suruí, compareceu ao cartório, em 25 de julho de 1920, para registrar o óbito de seu filho Nelson José do Amaral, com nove dias de vida, sendo avós paternos José Pires do Amaral e Ana da Silveira Cantente e maternos o Capitão Donato José de Paiva e Adelina Amaral Paiva.<sup>210</sup>

Em 1918, Manasses Felipe de Paiva, 24 anos, solteiro, empregado no comércio, natural de Suruí, filho de Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva, casou-se com Laura Cristina de Paiva, 23 anos, solteira, natural de Suruí,

<sup>202</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 63.

<sup>203</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 26 de setembro de 1903, p. 4.

<sup>204</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1913, p. 4040; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1914, p. 4354; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), p. 4262; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 16 de março de 1922, p. 5.

<sup>205</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 29.

<sup>206</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 29v.

<sup>207</sup> O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 17 de maio de 1914, p. 10.

<sup>208</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 12 de junho de 1934, p. 10; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1936, p. 7.

<sup>209</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 4v.

<sup>210</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 116v.

filha de Ludovico José de Paiva.<sup>211</sup>

Em 1922, José Bebiano de Paiva, nascido em Suruí, em 1895, filho do Capitão Renato José de Paiva e de Rosa Adelina do Amaral Paiva, casou-se com Militima Ferreira de Paiva, filha de Ludovico José de Paiva e de Cristina Ferreira Leite.<sup>212</sup>

Antonio de Almeida Merlo, nascido em 1893, oficial de Justiça, nascido e residente no Rio de Janeiro, filho de Laurênio Antonio de Merlo e de Rosa Maria Julia de Almeida Merlo, casou-se, em 1922, com Alvina do Amaral Paiva, nascida em 1906, filha do Capitão Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva.<sup>213</sup>

Álvaro Coutinho de Almeida, 22 anos, negociante, natural do Rio de Janeiro, morador de Suruí, filho de Felipe Esteves de Almeida, brasileiro naturalizado, e da portuguesa Maria Coutinho de Almeida, casou-se, em 1919, com Antonieta do Amaral Paiva, 18 anos, filha do Capitão Donato José de Paiva e de Adelina Amaral Paiva.<sup>214</sup>

O Tenente João Pedro de Paiva, da Guarda Nacional de Magé, aparece como negociante de secos e molhados, em Suruí, estabelecido por volta de 1911.<sup>215</sup> Em 1921, João Pedro de Paiva, empregado no comércio, morador de Suruí, nascido em 1887, filho de Donato José de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, casou-se com a portuguesa Belmira dos Santos Martins, natural de Bragança, nascida em 1900, filha dos lavradores Sebastião da Cruz Martins e Florentina de Jesus Martins.<sup>216</sup>

O comerciante Ovídio José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de Francisco Romano de Paiva, comerciante, natural de Suruí, falecido, aos 49 anos, a 18 de julho de 1939, deixando viúva e filhos no Distrito Federal.<sup>217</sup>

O Coronel Alarico José do Amaral compareceu ao cartório de Suruí para registrar o falecimento de Maria Paiva do Amaral, filha do Capitão Donato José

<sup>211</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 16.

<sup>212</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 42.

<sup>213</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 44v.

<sup>214</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 17.

<sup>215</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 26 de maio de 1910, p. 1; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4195;

<sup>216</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 36.

<sup>217</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 173v.



de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, com 37 anos, casada, natural de Suruí.<sup>218</sup>

Em 10 de junho de 1916, Donato José de Paiva Júnior, 23 anos, solteiro, lavrador, natural de Suruí, filho de Donato José de Paiva e de Adelina do Amaral Paiva, casou-se, em Suruí, com Odette Rodrigues Timbau, 21 anos, solteira, natural do Rio de Janeiro, filha de Delphina Rodrigues do Espírito Santo, professora publica, em Suruí.<sup>219</sup> O casal teve, pelo menos, uma filha, Odette Rodrigues Paiva, falecida, do mal de sete dias, em 3 de maio de 1917.<sup>220</sup>

José Pedro de Paiva, além de negociante, por volta de 1869,<sup>221</sup> foi também inspetor de quarteirão, em Suruí (1871).<sup>222</sup> É o pai de Virgílio José de Paiva, também negociante em Suruí (1892).<sup>223</sup>

Em 24 de junho de 1892, José Pedro de Paiva, negociante no Porto de Suruí e casado com Rita de Almeida Paiva, compareceu ao cartório de Suruí para registrar o óbito de seu filho Arsênio José de Paiva, de dois anos.<sup>224</sup>

Em 2 de maio de 1898, nasceu Durval José de Paiva, filho de José Pedro de Paiva e de Rita Esteves de Almeida Paiva, sendo avó paterno José Pedro de Paiva e avó materno Manoel Esteves de Almeida, ambos falecidos.<sup>225</sup>

Ercília José de Paiva, filha de Virgílio José de Paiva e de Amélia Cândida de Paiva, nasceu em 12 de junho de 1898, sendo avós paternos José Pedro de Paiva e Rita de Almeida Paiva e materno Júlio Francisco Pereira.<sup>226</sup>

Horácio José de Paiva aparece como negociante de fazendas, secos e molhados estabelecido em Raiz da Serra, por volta de 1917,<sup>227</sup> onde foi suplente de juiz de paz (1931) e subdelegado de polícia (1939).<sup>228</sup> Em 1935, auxiliou Frei Cândido Spannagel nas obras de conservação da capela-mor e da imagem de

<sup>218</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940), fl. 98.

<sup>219</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940), fl. 1v.

<sup>220</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 64v.

<sup>221</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1869, p. 86.

<sup>222</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1871, p. 86

<sup>223</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 23 de outubro de 1892, p. 4.

<sup>224</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902), fl. 63v.

<sup>225</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915), fl. 5v.

<sup>226</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915), fl. 8v.

<sup>227</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1917, p. 4045.

<sup>228</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 25 de março de 1931, p. 3; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 28 de fevereiro de 1939, p. 7.



Nossa Senhora da Piedade, remanescentes da antiga Matriz de Inhomirim.<sup>229</sup> Em Raiz da Serra, existe a Escola Municipal Horácio José de Paiva, e, no bairro de Piabetá, a Rua Horácio de Paiva.

### Família Pinto dos Reis

Em maio de 1858, a nomeação do Padre José Pinto dos Reis para pároco de São Nicolau de Suruí não foi nada pacífica, tendo um grupo de paroquianos comparecido ao Palácio Episcopal, na Corte, para defender a permanência do Padre José Rodrigues Portella.<sup>230</sup>

Natural de Portugal e filho de Venâncio Pinto e Maria dos Reis, o Padre José Pinto dos Reis, faleceu, aos 90 anos, em sua casa na ladeira da Igreja de São Nicolau (atual Ladeira Frei Basílio), em 3 de julho de 1915.<sup>231</sup>

Em 1888, o Padre José Pinto dos Reis (eleitor) assinou uma representação de eleitores e habitantes do Município de Magé dirigida ao Barão de Cotegipe, defendendo o direito de ser indenizados pelo fim da escravidão negra.<sup>232</sup>

Em 1892, o Padre José Pinto dos Reis recebeu provisão para reger a Paróquia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, conjuntamente com a de São Nicolau de Suruí.<sup>233</sup>

O Padre José Pinto dos Reis teve um filho adotivo, o Coronel Manoel Pinto dos Reis, que foi 3.º juiz suplente de Magé (1906),<sup>234</sup> ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Magé (1908-1911),<sup>235</sup> e foi prefeito interino de Magé (de agosto a dezembro de 1923),<sup>236</sup> presidente da Caixa Escolar de Magé (1923),<sup>237</sup> presidente da Câmara Municipal de Magé (1925-1927),<sup>238</sup> e, novamente, prefeito

<sup>229</sup> KROKER, Frei Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1947, p. 24.

<sup>230</sup> Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ), 31 de julho de 1858, p. 3; Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ), 29 de julho de 1858, p. 2.

<sup>231</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí. Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927), fl. 27v.

<sup>232</sup> *Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 29-31.

<sup>233</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 17 de outubro de 1892, p. 2.

<sup>234</sup> O Fluminense, Niterói (RJ), 18 de fevereiro de 1906, p. 2; O Fluminense, Niterói (RJ), 24 de março de 1906, p. 1.

<sup>235</sup> Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1908, p. 1348; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1909, p. O-38; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1910, p. 52; Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ), 1911, p. 4194

<sup>236</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 29 de agosto de 1923, p. 5; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 25 de dezembro de 1923, p. 21.

<sup>237</sup> O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 1923, p. 9.

<sup>238</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 26 de março de 1925, p. 2; O Paiz, Rio de

de Magé (1929).<sup>239</sup>

Em 1932, o Coronel Manoel Pinto dos Reis é descrito como grande proprietário no arraial de Suruí, com destaque para sua chácara, na subida da ladeira da Igreja de São Nicolau, possuindo ainda no distrito boas fazendas e a fonte conhecida como “Água Mineral de Suruí”.<sup>240</sup>

Marianna Argentina de Paula Reis, esposa do Coronel Manoel Pinto dos Reis, faleceu em 1945.<sup>241</sup>

Manoel Pinto dos Reis Júnior, filho do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, foi nomeado para o cargo de subdelegado de Polícia de Suruí (1927),<sup>242</sup> bem como para 3.º oficial de secretaria da Diretoria de Estatística do Rio de Janeiro (1929).<sup>243</sup> Um dos primeiros advogados inscritos no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 1933.<sup>244</sup> Casado com Yelta Portela, filha do Dr. Eduardo Portela (chefe político em Magé), Manoel Pinto dos Reis Júnior faleceu, em 1942, deixando um filho.<sup>245</sup>

Arlinda Pinto dos Reis, filha do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, foi nomeada professora interina da escola masculina de Magé, em 1927.<sup>246</sup>

Abigail Pinto dos Reis, filha do Coronel Manoel Pinto dos Reis e de Marianna Argentina de Paula Pinto dos Reis, nasceu em Suruí, em 4 de janeiro de 1910.<sup>247</sup> Advogada formada pela Faculdade de Direito de Niterói, sendo das primeiras inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil.<sup>248</sup> Conhecida por seu temperamento forte, chegou a defender a bala seu patrimônio, como, em 1964, quando impediu a tiros que funcionários da prefeitura erguesse um coreto em terreno de sua propriedade, sendo presa em flagrante e posta em liberdade mediante fiança.<sup>249</sup> Em 1972, denunciou, pela imprensa, o pároco de Suruí, o prefeito e o delegado de Magé de estarem tentando tomar suas terras.<sup>250</sup>

Janeiro (RJ), 13 de março de 1926, p. 4; Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de março de 1927, p. 4.

<sup>239</sup> O Paiz, Rio de Janeiro (RJ), 21 de agosto de 1929, p. 7

<sup>240</sup> O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 29 de abril de 1932, p. 5.

<sup>241</sup> A Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 25 de abril de 1945, p. 6.

<sup>242</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 10 de março de 1927, p. 10.

<sup>243</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 20 de setembro de 1929, p. 9

<sup>244</sup> Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ), 30 de novembro de 1933, p. 6.

<sup>245</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 20 de fevereiro de 1942, p. 12.

<sup>246</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 28 de dezembro de 1923, p. 9; O Jornal, Rio de Janeiro (RJ), 3 de abril de 1927, p. 11.

<sup>247</sup> Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ), 17 de dezembro de 1936, p. 1252.

<sup>248</sup> Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 13 de novembro de 1937, p. 4; Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), 2 de dezembro de 1941, p. 6.

<sup>249</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ), 5 de dezembro de 1964, p. 9.

<sup>250</sup> Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ), 15 de junho de 1972, p. 7

### **Considerações finais**

A trajetória das famílias Amaral, Barenco, Bonfim, Paiva, Pinto dos Reis e Proença exemplifica as estratégias adotadas por parte da sociedade brasileira colonial e monárquica para assegurar a continuidade de seu poder familiar.

A posse da terra foi o fator inicial de fixação dos povoadores às margens do Rio Suruí. Com os engenhos e as capelas surgem os primeiros suruienses. Em 1755, o desenvolvimento agrícola da região levou a criação da Freguesia de São Nicolau de Suruí que, desde 1789, pertence ao Município de Magé.

A simples posse de terras e a exploração do trabalho escravo não foram suficientes para a manutenção do poder. Antigas famílias de Suruí, ligadas ao comércio e a produção de alimentos, conseguiram legar para seus filhos e netos uma herança política e simbólica, ao longo dos séculos XVIII e XX, através de uma ação social que explica a repetição de nomes e sobrenomes em cargos e funções públicas estratégicas, como vereador, juiz de paz, subdelegado, inspetor, provedor etc.

### **Fontes**

#### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

Vila de Magé. Livro de Registro Paroquial de Terras da Freguesia de São Nicolau de Suruí (1854-1856).

#### **Biblioteca Nacional – Seção da Hemeroteca**

A Batalha, Rio de Janeiro (RJ); A Capital, Rio de Janeiro (RJ); A Manhã, Rio de Janeiro (RJ); A Noite, Rio de Janeiro (RJ); A União, Rio de Janeiro (RJ); Almanach do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ); Almanak Laemmert, Rio de Janeiro (RJ); Boletim Eleitoral, Rio de Janeiro (RJ); Correio da Manhã, Rio de Janeiro (RJ); Correio da Tarde, Rio de Janeiro (RJ); Correio Mercantil, Rio de Janeiro (RJ); Diário Carioca, Rio de Janeiro (RJ); Diário de Notícias, Rio de Janeiro (RJ); Diário do Congresso Nacional, Brasília (DF); Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ); Gazeta de Petrópolis, Petrópolis (RJ); Gazeta Fluminense, Petrópolis (RJ); Gazeta Nacional, Rio de Janeiro (RJ); Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ); Jornal do Comércio, Rio de Janeiro (RJ); Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ); O Apóstolo, Rio de Janeiro (RJ); O Auxiliador da Administração do Correio da Corte, Rio de Janeiro (RJ); O Estado do Rio, Niterói (RJ); O Fluminense, Niterói (RJ); O Globo, Rio de Janeiro (RJ); O Imparcial, Rio de Janeiro (RJ); O Jornal, Rio de Janeiro (RJ); O Mercantil, Petrópolis (RJ); O Paiz, Rio de Janeiro (RJ); O

120 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

Radical, Rio de Janeiro (RJ); Revista da Semana, Rio de Janeiro (RJ); Tribunal Popular, Rio de Janeiro (RJ); Última Hora, Rio de Janeiro (RJ).

**Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Guia de Pacobaíba**

Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1930).

**Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Suruí**

Livro de Registro de Nascimentos n.º 1 (1889-1895).

Livro de Registro de Nascimentos n.º 2 (1897-1915),

Livro de Registro de Nascimentos n.º 3 (1915-1920).

Livro de Registro de Nascimentos n.º 4 (1920-1928).

Livro de Registro de Casamentos n.º 1 (1889-1916).

Livro de Registro de Casamentos n.º 2 (1916-1940).

Livro de Registro de Óbitos n.º 1 (1889-1902).

Livro de Registro de Óbitos n.º 2 (1914-1927).

Livro de Registro de Óbitos n.º 3 (1927-1940).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O Tupi na Geografia Fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950.
- ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.
- Anais do Senado do Império do Brasil*: livro 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 16, Rio de Janeiro: IBGE, 1965.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro*: inventário de Arte Sacra Fluminense. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.
- ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 3.º v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BARCELOS, Aurêa Maria Siqueira de; Resende, Padre Leonardo Tassinari. *A Paróquia de São Nicolau através dos séculos*. Petrópolis: Edições Diocese de Petrópolis, 2014.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASAL, Aires de. *Corografia Brasília*: tomo 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia*: introdução a ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia dos bens tombados pelo Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2012.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: formação do patronato político brasileiro. v. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha 2000.
- FARIA, Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé*. Rio de Janeiro:

122 Algumas famílias da Freguesia de São Nicolau de Suruí, no Município de Magé, nos Séculos XVIII a XX

- Fundação Roberto Marinho, 1984.
- GINZBURG, Carlo et al. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- KROKER, Frei Aniceto. *Inhomirim, 250 anos de paróquia*. Petrópolis: Vozes, 1947.
- LAXE, CORTINES. *Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1.º de Outubro de 1828*: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogam, ou alteram suas disposições e explicam sua doutrina: precedida de uma introdução histórica, e seguida de sete apensos, contendo o ultimo uma breve noticia da formação dos municípios da Província do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro (1714-1800)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.
- RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- SANTOS, Renato Peixoto dos Santos. *Magé, a terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- SANTOS, Renato Peixoto dos. *A Saga dos Ullmann: história da cidade de Magé, 1870-1950*. Petrópolis: Jornal da Cidade, 1988.
- STRAUBE, Ernani Costa. *Manuel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí: esboço de vida e obra*. Curitiba: Edição do Autor, 1969.
- TEIXEIRA FILHO, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro – século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.
- WINZ, Antonio Pimentel. Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 15, Rio de Janeiro, 1965.